
022ª SESSÃO ORDINÁRIA 27MAR2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Informo que o Ver. Luciano Marcantônio se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 27 a 29 de março de 2017, face ao requerimento aprovado em Plenário no dia 23 de março de 2017. A Suplente Marília Fidell assumirá no lugar do Ver. Luciano Marcantônio. Solicito à Suplente Marília Fidell que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que a Suplente Marília Fidell prestará a seguir.

A SRA. MARILIA FIDELL: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Mesa declara empossada a Ver.^a Marília Fidell, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, em função da impossibilidade de os Suplentes Rafael Bernardo de Oliveira, Mario Antônio Manfro, Filipe Rodenbusch Tisbierck, Cirilo João Faé, Alceu Oliveira da Rosa e Jesus Cassiá Lopes Gomes assumirem a Vereança.

Informo que o Ver. Professor Wambert se encontra em Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 27 a 31 de março de 2017, face ao Requerimento aprovado em Plenário no dia 23 de março de 2017. O Suplente Gilson Padeiro assumirá no lugar do Ver. Professor Wambert. Solicito ao Suplente Gilson Padeiro que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Gilson Padeiro prestará a seguir.

O SR. GILSON PADEIRO: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Declaro empossado o Ver. Gilson Padeiro. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Gilson Padeiro, V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

Registro a presença da ex-colega, Deputada Any Ortiz. Seja muito bem-vinda!

A Ver.^a Marília Fidell está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento e, depois, prossegue em Comunicação de Líder.

A SRA. MARILIA FIDELL: Boa tarde a todos e a todas. É muito emocionada que assumo hoje a Câmara de Vereadores, a qual pleiteamos nas eleições representando as nossas comunidades e que me trouxeram até aqui. Início fazendo alguns agradecimentos que tornou isso possível. Agradeço o Presidente Cassio Trogildo; o Ver. Paulo Brum, Líder da nossa Bancada; Everton Braz, Presidente do PTB Municipal e a minha Presidente das Mulheres, Tanise Pazzim; agradeço muito a todos por terem tornado real, possível esse mandato de titular. Também quero agradecer o Ver. Luciano Marcantônio, que, com sua grandeza, a licença dele se tornou importante para estarmos aqui nesta data muito especial: o aniversário de 245 anos de Porto Alegre e o Mês da Mulher. Para nós, mulheres, que dizem que somos a diferença, a maioria, é muito importante estar representada nesta Casa, que discute todos os temas pertinentes, principalmente, à vida da mulher. Não poderia deixar de agradecer. Também quero agradecer, e aí, olhando a Cucuta, em nome dela e em nome de todos os funcionários da Casa, que me deram o título nesta Casa, na Semana da Consciência Negra, que muito honrou, porque foi indicado pelos funcionários da Casa, da qual eu já tive a felicidade de ser funcionária, de trabalhar aqui em duas épocas distintas. Eu quero agradecer a esse respeito por ter me

dado um título tão importante, como o da Semana da Consciência Negra, do primeiro Deputado negro do nosso País.

É difícil falar, mas é importante. Parlamento é para isso, e nós fomos eleitos pela fala, pela demanda, pela busca através da oralidade. Nós, meu Presidente Cassio, que viemos do movimento comunitário, a nossa ferramenta é a fala. A nossa maior ferramenta é apresentar na forma oral as nossas demandas.

Hoje aqui, meus companheiros, companheiras e amigos, é a realização de um sonho. Não um sonho da Marília Fidell somente, mas um sonho que começou em 1988, na minha comunidade, Maria da Conceição. A vulnerabilidade social de nossas crianças e adolescentes me fez ser outra mulher, me fez deixar de ser apenas a mãe, a esposa, para ser a mulher, a amiga, a companheira daquela comunidade, daquelas crianças em situação de total vulnerabilidade, em 1988. Assim começou a minha trajetória de vida e trabalho em defesa dos direitos sociais, dos direitos humanos, dos direitos à igualdade social, racial e humana. Motivos não faltam para fazermos isso, é só olharmos as ruas, olharmos as necessidades, que a gente se sente motivada em deixar de ser apenas um cidadão que luta pela sua própria sobrevivência e passa a ser um cidadão que luta pelo coletivo. Esta sou eu.

Hoje nesta Casa, como Vereadora, é um sonho de muitas lutas. Mas por que ser Vereadora, meu Presidente? Por que a gente quer ser Vereador? Eu, por exemplo, tenho uma história infantil, de muitas lutas, e atendo 120 crianças na comunidade. Já tínhamos uma luta concreta que é a habitação. Garantimos, no mínimo, 540 apartamentos, dando dignidade para as famílias. Para que ser Vereador? Para que se possa ter mais poder. Esse poder, pessoal, para fazer, não o poder pelo poder; não o poder da vaidade do poder, mas nos falta o poder da caneta, nos falta o poder de encaminhar e de decidir. Nós ficamos à mercê de vontades de outros. Se nós estamos lá na ponta, nós sabemos realmente as nossas grandes necessidades. Por isso ser Vereadora, por isso é importante o mandato.

Concluindo, quem é Marília Fidell? Fui a primeira coordenadora do Fórum Municipal das Mulheres de Porto Alegre, fui vice-presidente da Federação das Mulheres Gaúchas, fui dirigente de direitos humanos na pasta de vice na União das Associações de Moradores de Porto Alegre – UAMPA, fui conselheira tutelar por dois mandatos titulares e um suplente, fui presidente da associação de moradores da minha comunidade e hoje estou

presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Partenon; estive representando o nosso País em Berlim, na Alemanha, por duas vezes consecutivas, defendendo democracia participativa e gestão de Estado; estive capacitando e formando pessoas em São Paulo, estive no Rio, estive em Brasília, coisa que muitas pessoas não sabem. Mas sou a mesma Marília, aquela mulher que um dia parou de vender férias, Sr. Presidente, e ficou em casa tentando descansar quando viu o abandono, o trabalho infantil e a falta de apoio intelectual para as nossas crianças; e foram essas crianças que mudaram a minha vida, essas crianças que me tornaram a mulher que sou hoje. Entrei por uma porta que não foi, talvez, a de escolha, mas as crianças me escolheram, a vida me escolheu e, se o destino quis que eu estivesse aqui para poder fazer e para ter poder para poder fazer, é isso que quero fazer no tempo que estiver presente. Seja pouco, seja muito, nesse tempo que estiver aqui, quero fazer a diferença junto com os meus Pares, respeitando as decisões já tomadas, respeitando as propostas, mas colocando, sim, aqui o nosso ponto de vista, colocando que a gente sofre na carne as mazelas das políticas públicas que faltam à nossa comunidade.

Quero concluir dizendo o seguinte: ainda o discurso da fome elege muita gente, mas a teoria da fome ainda mata muita gente. É em nome dessa teoria que tem que virar prática, a desigualdade tem que ser quebrada no dia a dia e com o poder da caneta. Por isso quero ser Vereadora e por isso estou aqui. Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. GILSON PADEIRO: Sr. Presidente, Cassio Trogildo; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, autoridades, meus familiares, convidados, público presente e os que nos assistem na TVCâmara de Porto Alegre; em primeiro lugar, quero agradecer a minha família, a minha esposa, Jurema; o meu filho Lucas, o meu filho Leonardo, os meus parentes que me acompanham sempre, os amigos, o pessoal do meu partido, o PPS, que está presente em peso hoje – obrigado, gente! –, e os 2.827 eleitores porto-alegrenses que confiaram em mim e depositaram o seu voto me concedendo a oportunidade de assumir, pela primeira vez, o mandato de Vereador em nosso Município. Quero externar o

meu desejo de trabalhar por melhores condições de vida de toda a população de Porto Alegre, contribuindo para tornar a nossa Cidade cada vez melhor, mais segura, retornando a alegria não somente no nome da Cidade, mas na vida das pessoas.

Sou Gilsomar da Silva, conhecido e eleito como Gilson Padeiro. Eu estou um pouco nervoso, isso é claro. Também quero agradecer a presença da minha Deputada, a Deputada Any Ortiz, que sempre me acompanhou.

Sou morador do Extremo-Sul de Porto Alegre. Embora tal apelido leve à conclusão de que eu tenha sido padeiro, na verdade, quem fazia o pão era a minha mãe. Eu vendia de porta em porta dos 8 aos 16 anos, no bairro Lami, o que levou, carinhosamente, as pessoas a me identificarem como Gilson Padeiro. Trabalhei em transporte coletivo e também fui comerciário durante 19 anos, vendedor em lojas. Durante todo o período, sempre tive vontade e pensamento voltados para a coletividade, me preocupando e buscando, de uma forma que não era possível, resolver os problemas dos que viviam em nosso bairro. Estar hoje Vereador é um privilégio e resultado de muito trabalho. É uma das oportunidades que a vida me concede para, através da política, realizar mudanças substanciais para a nossa Porto Alegre, dando atenção às demandas requisitadas e que tenham um verdadeiro compromisso com essa sociedade, não só do Extremo-Sul, mas de toda a cidade de Porto Alegre. É com muito orgulho que, através de mim, o PPS esteja retornando a esta Casa, com propostas novas e também dando continuidade aos trabalhos iniciados pela Deputada Estadual Any Ortiz, que reconheço como uma grande incentivadora da minha trajetória e contribuidora para a melhoria da Cidade e agora do nosso Estado. Precisamos renovar, provocar as mudanças na política, de modo que voltemos à valorização da ética. Precisamos ter a consciência de que se estamos aqui sendo Vereadores, é porque os eleitores acreditaram nas nossas propostas e, bem mais do que isso, nos nossos objetivos. Não vou desapontá-los, mas precisamos entender como políticos, que o interesse do bem comum é maior que os interesses individuais, Não estou aqui para defender uma só bandeira ou um segmento específico, mas, sim, para ajudar a melhorar a Cidade e a vida das pessoas.

Minhas prioridades, além da educação, saúde e segurança pública, são a melhoria do serviço público e a ocupação dos espaços públicos como parques e praças; para isso deixo claro que estou pensando na nossa Cidade e na sua população, e vou contribuir com o Executivo e com os meus Pares, sempre que tiverem esses objetivos. Da mesma

forma, espero a contribuição dos meus Colegas, e assim não desapontaremos quem acreditou em nós. Convido meus Pares a mostrarmos para a sociedade que é possível, sim, fazermos política de forma renovada e com ética. Obrigado a todos e que Deus nos abençoe. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Funcionários da Cientec - Associentec, que tratará de assunto relativo à importância das Fundações para o Estado do Rio Grande do Sul e da Fundação de Ciência e Tecnologia. A Sra. Vera Maria da Costa Dias, representando a Associentec, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. VERA MARIA DA COSTA DIAS: Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver. Cassio Trogildo; Exmas. Sras. Vereadoras, Exmos. Srs. Vereadores, senhoras e senhores, a Associação dos Funcionários da Cientec agradece o espaço concedido e passa de imediato ao tema de interesse que tem repercussão e atinge diretamente a população de Porto Alegre e a do Rio Grande do Sul. Trata-se da importância das fundações estaduais que ora se encontram em processo de extinção e que, se o dito processo for completado, deixarão um imenso vazio que jamais será preenchido.

Em dezembro do ano passado, os Deputados gaúchos autorizaram extinguir seis fundações estaduais, a pedido do governador Sartori. Em seguida, foi iniciado o processo que fará deixar de existir a Fundação de Ciência e Tecnologia – Cientec, além da FZB, da FEE, da Fundação Piratini, da Metroplan e da FDRH.

Cada fundação tem seu papel e importância, mas hoje o tempo na Tribuna Popular será dedicado à Cientec, que tem sua sede em Porto Alegre, na Rua Washington Luiz, 675, portanto a menos de um quilômetro desta Câmara Municipal.

Com um sistema da qualidade consolidado e maduro, contando mais de 700 ensaios acreditados pelo Inmetro, a Cientec atende pessoas físicas e jurídicas, desde o microempreendedor individual até a grande empresa, passando por condomínios, clubes, associações e órgãos públicos. Todos podem ser clientes da Cientec, cujos serviços tecnológicos incluem desde a verificação da potabilidade de água e a avaliação da conformidade de alimentos até o acompanhamento de obras complexas, como a construção de estradas e barragens. Infelizmente, a pressa com que o Governo Sartori encaminhou à Assembleia Legislativa vários projetos de lei, já no final de 2016, e o pedido de apreciação em regime de urgência, resultou não apenas na interdição do debate, mas também na própria indução do governo ao erro. Imaginou o Governador que os serviços prestados pela Cientec possam ser alternativamente buscados no mercado, mas isso não é possível, porque a Cientec é um instituto multidisciplinar, com 74 anos de inteligência acumulada, único em solo gaúcho.

Ora, a Cientec adquiriu e acumulou conhecimento tecnológico, primordialmente ligado às questões sociais e econômicas do Rio Grande do Sul, e outro não seria o pressuposto, uma vez que sempre foi custeada por recursos públicos Estaduais. Não se trata apenas de acervo documental em qualquer meio físico ou eletrônico que possa ser alienado ou de alguma forma repassado a terceiros; trata-se, isso sim, do resultado de uma sinergia que só pode acontecer onde existe a característica multidisciplinar viva e interativa, que vai gerando e acumulando experiência, como as células vivas de um sistema nervoso central: isolem-se as células e elas não terão mais como gerar pensamento. Assim se explica a formatação do corpo funcional da Cientec; na área fim, há profissionais tão distintos e, ao mesmo tempo, complementares, como engenheiros químicos, geólogos, farmacêuticos, biólogos, além de técnicos de nível médio. Esse é o ambiente onde nasce a criação intelectual, expressa em milhares de laudos e resultados de pesquisa.

Os serviços realizados pela Cientec são frutos de trabalho de equipe, e o normal é que as equipes sejam formadas por técnicos experientes e outros mais jovens, recém graduados ou pós-graduados. Isso garante a continuidade da cumulação de inteligência e a capacidade de criação intelectual ao longo do tempo. Por exemplo, em agosto de 2015, os meios de comunicação noticiaram que atuava no Rio Grande do Sul uma certa máfia dos adubos que lesava produtores rurais. O golpe resultou em grande prejuízo público e privado. Um laudo da Cientec desmascarou a verdadeira natureza do material, e não

demorou mais do que alguns dias para ser elaborado. Com isso foi possível? A equipe de química que realizou esse trabalho é única do Estado. Nenhum outro instituto ou laboratório gaúcho possui grupo semelhante. São profissionais, inclusive com doutorado, que acumularam experiência na própria instituição, tendo sido confrontados em várias ocasiões, com desafios semelhantes.

Sr. Presidente, solicito que peça silêncio ao plenário porque acredito que as pessoas não estão conseguindo me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito silêncio a todos, a pedido da nossa convidada.

A SRA. VERA MARIA DA COSTA DIAS: Como estava dizendo, esse tipo de inteligência vem sendo construída há décadas e não será repostada pelo mercado, porque o volume de investimento e o tempo necessário para que o acúmulo intelectual amadureça transcende o disponível em uma geração inteira de futuros cidadãos gaúchos. Articulando as áreas de química e de alimentos, depois de desenvolvimentos históricos como os relativos ao arroz parboilizado e a proteína de soja, a Cientec hoje coordena uma Rede Nacional de Análise de Alimentos, com recursos da Finep, cujo objetivo é ampliar a oferta de serviços tecnológicos em alimentos. A sanidade e conformidade dos alimentos consumidos pelos gaúchos passa pela Cientec. De longa data, a Cientec recebe amostras de alimentos coletadas por fiscais da CISPOA, realiza análises e emite pareceres. No presente escândalo que veio a público através da operação "Carne Fraca" da Polícia Federal, não foram envolvidos estabelecimentos no Rio Grande do Sul.

Já na área de Engenharia Química, é importante referir os projetos de pesquisa em carvão, desde geração de energia até carboquímica. A Cientec tem décadas de expressiva contribuição no desenvolvimento de tecnologias associadas ao carvão mineral gaúcho e o pioneirismo remonta à década de 1970. A crise do petróleo ocorrida àquela época e seu impacto na economia brasileira motivou a Cientec a desenvolver pesquisas associadas à diversificação da matriz energética nacional. A maior contribuição foi o desenvolvimento de tecnologias voltadas à valorização do carvão mineral gaúcho, de forma a torná-lo uma alternativa energética sustentável, em seus aspectos socioeconômico e ambiental. A planta piloto para gaseificação sob pressões elevadas foi

a primeira a ser projetada e construída na América Latina. Foram geradas patentes junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, e houve a transferência das tecnologias para o setor industrial entre os anos 1980 e 1990, com mais de 70 unidades em operação baseadas em processos da Cientec, para a geração de energia térmica a partir da combustão do carvão mineral nacional.

O desenvolvimento dessas tecnologias foi margeado por uma visão global dos processos e seus impactos, destacando a sustentabilidade como princípio maior na sua aplicação. Os esforços de pesquisa foram acompanhados por soluções tecnológicas aplicadas à limpeza dos gases de combustão e gaseificação, sobretudo dos gases que causam maior impacto no meio ambiente. Foram também propostas alternativas para agregar valor ao subproduto representado pelas cinzas do carvão. Essas, inicialmente vistas como problema ambiental, através de projetos desenvolvidos pela Cientec se transformaram em produtos com valor agregado.

Recentes movimentos denotaram o interesse e a possibilidade de investimentos voltados à valorização do carvão mineral e são promissores. Nos últimos anos, esta situação permitiu que a Cientec inovasse novamente, ao inaugurar uma planta piloto com tecnologia pioneira no País, em leito fluidizado circulante. Essa tecnologia, fomentada pelo CNPq, propicia avanços tecnológicos significativos, permite o processamento de carvões com menores granulometrias, a mistura de carvão mineral com biomassas, maiores taxas de conversões e menores emissões de gases nocivos ao meio ambiente.

A Cientec também, historicamente, participa em grandes obras civis, como construção de estradas e barragens. O conhecimento acumulado em Geotecnia/Engenharia Civil assegura os melhores procedimentos técnicos e o sucesso nos empreendimentos. Um exemplo atual é a construção da barragem de Arvorezinha, que será retomada depois de avaliação da Cientec. Quando finalizada, a barragem trará alívio à população de Bagé, que sofre com a escassez de água.

Ainda no domínio da construção civil, o trabalho da Cientec na área de restauro de prédios históricos é referência nacional, e já foi prestado para outros Estados, como Rio de Janeiro – caso do Cristo Redentor –, Acre, Santa Catarina, Minas Gerais e Goiás.

No Rio Grande do Sul, entre os principais prédios cuja restauração contou com os serviços da Cientec, citam-se: o Palácio Piratini, o Solar dos Câmara, a Capela do Bom Fim, o Santander Cultural, a chaminé da Brahma no Shopping Total, e tantos outros.

Por outro lado, todas as concreteiras que estão estabelecidas em Porto Alegre e interior, e fábricas de pré-moldados, dependem da Cientec para a realização de ensaios.

Condomínios se valem da experiência da Cientec e de sua credibilidade para a realização de laudos sobre defeitos construtivos e manifestações patológicas de edifícios.

Quando ninguém ainda havia construído um parque eólico, quando não havia experiência no tipo de construção como o do parque de Osório, a Cientec... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu agradeço e concluo. A extinção da Cientec fará com que o Rio Grande do Sul perca o único laboratório de materiais de construção civil acreditado pelo Inmetro e sinalizará aos maus empresários a liberação para práticas predatórias, que visam apenas ao lucro, em detrimento da qualidade da construção.

Eu gostaria de falar a respeito do setor de eletroeletrônicos, mas o tempo não me permite. Então, para concluir, esse potencial em inteligência somente pode ser equiparado a Estados altamente industrializados, como São Paulo.

Sr. Presidente, ao longo do tempo, embora as dificuldades financeiras que assolam o Rio Grande do Sul há décadas, a Cientec nunca havia sido listada para extinção. Nós entendemos que não pode um governador extinguir inteligência. E continuamos vivos, as instalações estão funcionando, e nossos serviços podem ser acessados. Era o que tínhamos hoje a manifestar, e pedimos o apoio desta Casa. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido a Sra. Vera Maria a compor a Mesa conosco.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sra. Vera Maria da Costa Dias; falo em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, trazendo um abraço a todos e a todas da Cientec, que estão conosco nesta tarde. Em 2015, 2016, apresentei um projeto aqui na Câmara, que foi aprovado, para que se discutisse e que fôssemos contra privatizações e extinções, e continuo com a mesma posição. Eu sou funcionário público radicalmente contra a extinção das fundações. Quando vejo a nossa Cientec, vejo a pesquisa, desenvolvimento, consultoria, análise, uma série de ações, eu

mantenho essa posição – nós mantemos –, e peço aqui, carinhosamente, que o nosso Governo do Estado reveja com urgência a questão.

Recebi do meu amigo Leandro Taborda uma série de materiais para ler. Li o primeiro e digo, bom, está na hora de parar por aqui. É este aqui (Mostra documento). O primeiro tema diz o seguinte: “Segurança Alimentar: a Cientec faz análise de produtos de origem animal, como leite e seus derivados, carne, ovos, para fiscalização da Secretaria da Agricultura. A saúde da mesa dos gaúchos”. Com tudo que está acontecendo neste País, essa bandalheira generalizada, roubalheira de tudo quanto é canto, o pessoal misturando produtos altamente danosos na nossa alimentação, será um extraordinário equívoco, trágico, do Governador do Estado, se nessa hora extinguir as nossas fundações. E mais, eu sou de finanças, como pensar que fundações vão trazer grande resultado positivo? Cada uma das fundações tem, na sua atividade principal, a busca de algo positivo para o Estado. Portanto, estamos juntos. Um abraço, e mais uma vez, equívoco total do Governador se extinguir a Cientec. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, cumprimento-o, assim como a Vera Maria da Costa Dias, pela excelente, competente e clara explanação, e as representantes da Associentec que aqui acompanham essa Tribuna Popular. Nós acreditamos que esta Casa tem muito a ver com isso e deve se manifestar, e tem feito em isso em algumas moções, nós devemos instalar a Frente Parlamentar, Ver. Aírto, Estamos todos empenhados em criar alguns movimentos, porque não consideramos ainda derrotada a inteligência do Estado. Acho que nós todos participamos de um belo seminário, agora, início de março, onde ficou muito claro, até por expoentes do PMDB, do próprio partido do Governador, de que não houve, na verdade, uma avaliação do impacto de extinguir a pesquisa aqui no Estado do Rio Grande do Sul. A tua explanação mostrou o quanto ela é estratégica, seja para buscar recursos, seja para melhorar nossa indústria, nossa capacidade de produção do novo, de soluções de alimentação. E, infelizmente, essa questão tecnológica é invisível à população, só se dá visibilidade quando tem

problema, quando tem uma hecatombe, uma epidemia, uma denúncia como estamos vendo agora. E nós queremos ajudar a tirar da invisibilidade, é um absurdo que tenhamos um Governador e uma maioria na Assembleia Legislativa que ache que é possível desperdiçar serviços técnicos e complexos. E, como dizes, de uma necessidade de sinergia, de acúmulo, não se produz um laboratório com excelência de uma hora para outra e, muito menos, contrata fora. Então, isso é um acúmulo que o Estado tem, uma *expertise*, profissionais, estudo, pesquisa, que não tem como dizer: bom, dispensa, e o Estado continuará bem. Nós estamos vendo a situação dramática. E quando a situação é dramática, tem que investir em inteligência, em pesquisa, e vocês são exemplares disso, contem com a Bancada do PT para essa luta que não está terminada. E nós vamos derrotar o atraso e a ignorância.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, queria cumprimentar também a Sra. Vera Maria da Costa, assim como as representantes da Associentec, que nós temos o prazer de conhecer, vários representantes da categoria e da luta que vocês fizeram no ano passado, que se segue em curso, obviamente, este ano.

Nós, da oposição aqui da Câmara, nossos partidos obviamente votaram contra o pacote do Sartori na Assembleia Legislativa por uma compreensão de que está havendo uma devastação neoliberal do futuro do Estado, portanto do futuro do planejamento, do controle e, no caso, da Cientec, dos laboratórios que garantem a segurança dos alimentos, que garantem uma série de pesquisas tecnológicas que são fundamentais para o presente e para o futuro. Várias ações foram feitas. Vocês resgatam no fôlder o tema da Ford, trouxeram o caso da carne, poderiam ter trazido o tema do leite, ou seja, uma série de insumos que precisam desse trabalho técnico qualificado de fiscalização para garantir a qualidade desse produto. Então, nunca se pode falar aqui que R\$ 19 milhões, que é o custo, entre aspas, da Cientec... Enfim, é um investimento, nunca uma despesa, porque nós estamos investindo para o futuro. Se o Estado fizesse isso por consultoria, certamente seria mais caro e, se não fizesse, deixaria na mão ou das

empresas do mercado se autorregulem, e a gente sabe que, na lógica do lucro acima da vida, quem paga é a população com serviços de péssima qualidade, com alimentos muitas vezes de péssima qualidade. Infelizmente, esse é um projeto em curso. Ao extinguir todas as fundações, o Governo fala numa economia, entre aspas, de R\$ 180 milhões; para nós a demissão de mais de mil servidores jamais seria economia, mas, usando os termos deles, seria possível reaver apenas cortando despesas, cortando CC, cortando diária, cortando verba de publicidade, com isso se poderia garantir a manutenção de todas as fundações e esse excelente serviço para a população. Nós sabemos que a solução estrutural do Estado passa, sim, pela renegociação e os valores devidos pela Lei Kandir e uma negociação justa da dívida pública e não essa chantagem que o Governo Temer tem feito com os Estados, piorando ainda mais os planos de ajuste e de austeridade. Eu queria parabenizá-la, colocar a bancada de oposição à sua disposição e dizer que é fundamental unir a ação judicial, que é o que garante a negociação nesse momento, com a luta na rua, com a mobilização, para que a gente possa reverter e derrotar esse plano aqui no Estado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Sra. Vera Maria. Eu gostaria, antes de começar a explanação, de parabenizá-la pela clareza com que argumentou e trouxe dados para o plenário na tarde de hoje. Gostaria também de destacar em meu nome e em nome do Ver. Roberto Robaina, do meu partido, o PSOL, a importância estratégica que é o investimento feito em pesquisa e análises. A minha formação acadêmica vem da área de biologia, e nós estamos extremamente preocupados com relação à extinção das Fundações, e a Cientec entre nesse rol de, digamos assim, venda, *black friday* do Rio Grande do Sul. Quando nós temos estruturas estratégicas para pensar e planejar o futuro do nosso Estado, o Governo abre mão dessa possibilidade, desses órgãos importantes para decidir, na sorte, as políticas governamentais que quer experimentar. Na verdade não é bem na sorte, é na maldade. Destaco outros órgãos importantíssimos que deveriam estar associados à inteligência na gestão administrativa, e por falta de

inteligência está sendo aventada a possibilidade bastante concreta da venda da Fepagro, que é da minha área, da área da ciência e da natureza e que tem um papel inestimável na pesquisa e no controle dos produtos de origem animal e vegetal para a saúde humana; da Fundação Zoobotânica, que faz todo o levantamento de fauna e flora ameaçados de extinção – isso é inestimável – e da FEE, Fundação de Economia e Estatística que produz anualmente um material que não tem valor. É imensurável o valor dos dados estatísticos que são todos os anos levantados pela FEE e que deveriam ser utilizados no planejamento e implementação das políticas públicas, mas infelizmente não é essa a visão do Governador deste Estado, Parlamento de todos nós porto-alegrenses e também gaúchos. Continuamos na luta, um grande abraço e vida longa ao Cientec.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Sra. Vera Maria da Costa Dias está com a palavra para as suas considerações finais.

A SRA. VERA MARIA DA COSTA DIAS: Agradeço esses minutos a mais e vou aproveitar para comentar alguma coisa sobre o setor de eletroeletrônicos, pois o Rio Grande do Sul é o segundo pólo eletroeletrônico do País. Os últimos dados que eu tenho são de 2015 com um faturamento de R\$ 7,5 bilhões. Vocês podem imaginar o que isso significa em empregos, em geração de renda? E boa parte desse resultado tem a ver com a Cientec, porque, lá no passado, um estudo do BRDE verificou que essa indústria eletroeletrônica tão promissora não estava tendo, no Rio Grande do Sul, o suporte necessário porque precisava mandar ensaiar seus produtos fora do Estado, em outros Estados ou até no exterior, e foi a partir daí – isso já tem décadas, foi mais para o final do século passado – que este esforço, com muitos recursos federais e estaduais foi incrementado, e temos hoje consolidado, no Rio Grande do Sul, esse setor tão importante e que representa o progresso para tantas regiões, tantas famílias, tantos gaúchos, contribuindo significativamente para a economia do Brasil como um todo. Isso se deve em grande parte à Cientec, graças aos investimentos que nela foram feitos, tendo a mesma aceitado este desafio. Eu gostaria de me colocar à disposição, gostaria muito de ouvir perguntas e, se eu pudesse respondê-las, eu ficaria mais do que feliz. Obrigada.

(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradeço a presença da Sra. Vera Maria da Costa Dias, representante da Associentec. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h02min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (15h04min) Estão reabertos os trabalhos. Registro aqui a presença do Sr. Cláudio Candiota Filho, grande parceiro na luta pela expansão da pista do aeroporto.

Hoje temos o comparecimento do Sr. Alcebíades Adil Santini, Conselheiro Presidente da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – Agergs, que abordará o assunto das alterações nas contas de energia elétrica emitidas pela Companhia Estadual de Energia Elétrica.

O Sr. Alcebíades Adil Santini está com a palavra.

O SR. ALCEBÍADES ADIL SANTINI: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; cumprimentando o Presidente, saúdo o seletto grupo que nos representa aqui em Porto Alegre, que são as Vereadoras, os Vereadores. É sempre uma satisfação ímpar estar aqui para socializar, mas, principalmente, para construir soluções quando existem conflitos nas relações de consumo. Para quem não conhece – eu acho que a maioria já conhece – a nossa agência, a Agergs foi pioneira no Brasil, foi criada em 1997, estamos comemorando 20 anos, e tem como áreas prioritárias de atuação energia elétrica, por convênio com a Aneel – nós representamos esse segmento aqui no Estado –, saneamento, transporte hidroviário, transporte metropolitano e de longo curso e estações rodoviárias.

Então, lamentavelmente, eu sou um crítico da gestão pública de uma forma permanente, mas também sou um proponente para que a sociedade conheça, na gestão pública, quem é quem e quem faz o quê para o consumidor. A maioria dos nossos consumidores, em tese, conhece que tem direitos, mas tem dificuldade de saber qual é o melhor encaminhamento e a solução mais séria. Eu sei que hoje o assunto é especificamente em

relação à energia elétrica, mas vocês vão ficar com uma marca porque eu digo o seguinte: que o Estado que está aí hoje e que não faliu vai falir. Não resta a menor dúvida. Qual é a remessa disso? É a sociedade, todos os atores da sociedade construíram um Estado necessário. O modelo de administração pública que hoje nós vivenciamos faliu – faliu! Nós fingimos que praticamos gestão pública. Então a gente finge que administra, outro finge que trabalha, um finge que paga, etc. Nós temos que passar uma régua, e um dos cânceres da administração pública, com exceção de algumas ilhas de excelência, é a estabilidade do servidor público. E aqui fala uma pessoa que trabalhou em sete Ministérios, me aposentei pelo Ministério da Justiça.

Então é o seguinte: nós temos que provocar medidas e ações de interesse coletivo e nós temos que fazer com que o consumidor saia da zona de conforto. O consumidor tem o maior poder de barganha para mudar as coisas da sociedade – sociedade é consequência da ação ou omissão de cada indivíduo. E nesse ponto nós temos a obrigação de provocá-lo a encontrar saídas de interesse coletivo e com visão de estadista. No caso específico, e aí eu quero fazer um agradecimento especial... Do conflito que surgiu na área de energia elétrica para o caso mais de consumidores urbanos em Porto Alegre, eu estava quarta-feira em Brasília, quando o Presidente nos ligou e disse “preciso de uma explicação da agência que regula esse serviço que é conveniada da Aneel.” Imediatamente, eu cheguei na quinta-feira e perguntei para equipe: vocês já ouviram a CEEE? Porque eu não posso formar uma opinião sem ouvir todos os atores que estão envolvidos nesse cenário. E eles disseram: “Já ouvimos, temos opinião”. Vocês convocaram uma reunião com a CEEE? É o termo, é forte, mas esse é o nosso papel: convocar. “Não, nós marcamos para terça-feira”. Não pode ser. Tem que ser isso imediatamente, porque a sociedade está reclamando; se é procedente ou não, nós temos que ter uma posição clara, precisa e objetiva. E então a gente fez uma reunião exatamente na sexta-feira de tarde. O Paulo de Tarso estava na quinta-feira, em Brasília, e autorizou uma reunião. E aí tem alguns pontos importantes: qual é o conflito que predomina na conta de energia elétrica, seja comercial ou residencial, para consumidores mais urbanos? A Resolução nº 414 da Aneel permite fazer leituras por média sempre tomando como base os três últimos meses, em casos excepcionais ou de calamidade pública ou por autorização da Aneel. Não pode a concessionária de forma deliberada

fazer leitura por média por qualquer motivo que não foi aqui citado. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, a cobrança. Digamos que o consumidor teve uma leitura, feita por média, em dezembro e janeiro. Em fevereiro foi feita a leitura presencial e apresentou um consumo a maior do que a média; essa diferença só pode ser cobrada, e não precisa o consumidor se posicionar, em período igual ao dobro do período no qual foi feita a cobrança por média. Foram dois meses? Essa diferença só pode ser cobrada em quatro meses de uma forma matemática. Esse é o primeiro respeito e esclarecimento que o consumidor precisa saber, e o fornecedor tem de cumprir. Isso que é o mais importante. No caso da energia elétrica rural, no caso de Porto Alegre, tem uma determinação da Aneel que diz que a concessionária tem de respeitar o plano diretor do Município. Aqui, Presidente, é importante dizer que Porto Alegre tem condomínios em zona rural que tem toda a característica de zona urbana. No caso de zona rural, a Resolução nº 414 da Aneel permite fazer cobrança, até quatro meses seguidos, pela média. Então, esse é o cenário. Então, o que nós pactuamos na reunião da CEEE e com a Agergs? Dar um esclarecimento claro e preciso ao consumidor. O consumidor que teve uma cobrança indevida, a maior, que não é procedente, ele tem um retorno, em dobro, desse valor que foi cobrado indevidamente. Não vai ser pago em espécie, vai ser creditado para abatimentos nas faturas vindas. Então, é essa a posição clara que tem de ter, mas muito mais do que isso, todos os atores que trabalham com isso, principalmente, em gestão pública, tem que ter atitudes e ações imediatas, para que essa sociedade não fique órfã. Bate aqui, bate ali, e ninguém dá uma resposta efetiva e célere para essas demandas que são cruciais.

Então, como um pronunciamento inicial e importante, vou recordar dois episódios que aconteceram. Um na energia elétrica, aqui em Porto Alegre, quando eu estava em férias, e outro na área de saneamento. Quando falta água ou energia elétrica, essas concessionárias têm de ter um plano B ou C. Se faltou água, se for abastecida pela Corsan, tem de ter carros-pipas. Mas se falta em todos os Municípios, atende as prioridades, hospitais, asilos, escolas, e assim por diante. Não pode deixar sem resposta um consumidor que paga por um serviço que tem que ser contínuo, permanente, com boa qualidade e com segurança. No caso da energia elétrica, temos demandas de uma consumidora que solicitou ligação de energia elétrica em dezembro, era fevereiro e não

tinha feito a ligação. Aí eu pergunto para o dirigente da Corsan ou da CEEE: se ele fosse o consumidor e estivesse nesta situação, como se sentiria? Não pode esse tipo de coisa! Temos que unir forças e começar e reverter essa sociedade de fingimento. O meu propósito é estar lá na defesa do consumidor, uma vaga do Conselho Superior como consumidor, mas minha posição tem que ser imparcial. Tem que ser rápida, célere, e eu tenho que deixar uma Agergs melhor do que recebi, sem achar culpados. Eu tenho que achar soluções, tenho que ser um cara articulador e tenho que fazer acontecer. Esse é o meu recado que eu poderia registrar neste pronunciamento inicial.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Presidente Santini, e o convido a permanecer conosco na Mesa.

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Cláudio Janta na presidência dos trabalhos, ao nosso convidado querido amigo Alcebiades Santini, presidente da Agergs; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e também aqui nas galerias; estamos com dois Vereadores que tomaram posse hoje, Presidente Santini, a Ver.^a Marília Fidel e o Ver. Gilson Padeiro, a quem também quero aproveitar para, mais uma vez, saudar. Venho a esta tribuna para, primeiramente, agradecer ao Presidente da Agergs, pois na semana passada, quando a imprensa começou a repercutir duas questões importantes, Presidente Santini. Uma que o senhor manifestou aqui na tribuna, que é questão de um aumento injustificado do consumo para alguns consumidores, clientes de Companhia Estadual de Energia Elétrica, em especial aqui na Zona Sul de Porto Alegre. Muitas reclamações eu recebi ali da Zona Sul, e, aparentemente, o que aconteceu foi uma medição pela média. E aí, Ver. Paulinho, há casos de consumidores que tinham consumo médio de 500 quilowatts que tiveram lançamento de 2.300 quilowatts e que foram verificar o seu relógio e não estava alterado, ou seja, o consumo realmente era aquele. Então, nos parece que, apesar do regulamento

que o senhor explicou nesta tribuna de que se for cobrado pela média de dois meses, essa diferença tem que ser depois cobrada, no mínimo em quatro meses, que é o dobro, a CEEE não fez. E muitas reclamações aconteceram, Ver. João Carlos Nedel, nesse sentido. Logicamente, depois gostaria que nas suas considerações finais pudesse nos dizer se já houve uma notificação da CEEE nesse sentido, se precisam os consumidores demandarem à Agergs para que isso aconteça.

A outra questão que vem acontecendo, Ver. Rodrigo Maroni, é que parece que agora a CEEE está emitindo a conta na hora da leitura, como já faz o DMAE há muito tempo – faz a leitura e já emite a conta. E com isso, também houve a emissão de duas contas, Ver. Paulo Brum, no mesmo mês. Como agilizou essa questão da emissão da conta, não trocaram a data de fazer a leitura, então emitiram e houve consumidores que, no mês de março, tiveram a emissão de duas contas no mesmo mês, logicamente alterando o vencimento desta conta, o que também gerou, de certa forma, uma dificuldade para os consumidores que têm uma previsão, uma forma de se prover para ter a sua despesa e que tiveram, então, uma diminuição do seu fluxo financeiro no incremento de um valor de forma antecipada.

São essas as duas questões básicas que foram levantadas aqui. Eu mais uma vez gostaria de agradecer ao Presidente Santini, porque, na semana passada, quando fizemos o contato, ele estava em Brasília, mas prontamente ele já acertou a sua vinda aqui, Ver. André Carús, como tem sido a sua prática. O Presidente Santini também preside o Fórum Latino-Americano de Defesa do Consumidor, é nosso parceiro, Ver.^a Comandante Nádia, no nosso Comitê Permanente de Segurança Metropolitana. É uma das entidades, através do Fórum Latinoamericano, que é signatária inicial do nosso Fórum e estará aqui conosco de volta, na quarta-feira pela manhã, quando estaremos reabrindo os nossos trabalhos. Muito obrigado e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Eu quero dar as boas-vindas ao meu amigo Alcebiades Adil Santini e também ao Cláudio Candiota Filho, por estarem aqui na Câmara nos dando estas informações sobre a CEEE. O nosso Presidente Cassio já falou exatamente dos

dois pontos que eu iria falar, que são duas contas no mesmo mês e a antecipação dos vencimentos. Então, a preocupação das pessoas é que elas têm o seu fluxo e, com a antecipação, dá um transtorno financeiro para essas pessoas. Mas eu queria também, aproveitando a sua estada aqui nesta Casa, cumprimentá-lo e agradecê-lo pelo imenso trabalho, pela grande vitória que o senhor e o Cláudio Candiota Filho tiveram na vitória com relação ao nosso aeroporto. Finalmente, nós vencemos, mas ainda temos uma batalha muito grande pela frente. Isto, Santini, é realmente o que a gente espera das pessoas de bem, que lutem pelo progresso da nossa Cidade e pelo bem comum. Parabéns ao senhor e ao Cláudio Candiota Filho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente Cassio, falo em meu nome e em nome do nosso Ver. Paulinho Motorista, e quero trazer aqui o nosso abraço ao Santini, a todos e falar da nossa Agergs. Primeiro, quero cumprimentá-lo por tudo que se faz em prol do nosso Rio Grande do Sul dentro desta área, que é um acompanhamento muito próximo às questões de entidades ligadas ao setor público. Quero dizer que nós, aqui na Câmara, reconhecemos e engrandecemos o trabalho que as senhoras e os senhores fazem lá na Agergs, e também compreendemos a importância da agência no contexto aqui do Estado. Também quero trazer um abraço ao senhor, especialmente, e aos que estão aqui com senhor, pela importância da sua presença, da sua visita e da sua valorosa exposição, que nos dá, inclusive, instrumentos para respondermos às questões quando nos consultam. Quero trazer o meu abraço e os meus cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Ferronato. O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Obrigado, Sr. Presidente, Ver. Cassio. Caríssimo Santini, já tive oportunidade de conversar com V. Sa. na nossa Agergs – sempre temos temas importantes em defesa da cidadania dos consumidores. Para nós, são fundamentais os esclarecimentos, como, por exemplo: os leituristas do nosso Departamento Municipal de Água e Esgotos são funcionários de carreira ou podem ser terceirizados? Essa é uma questão fundamental. Tem que ter fé pública, me parece. Então como é que fica essa questão? Nós vamos ter uma fusão, talvez, de duas secretarias, com o que eu não discordo, neste caso específico. Nós tivemos problemas aqui, recentemente, com a CEEE – já que a Agergs trata mais dos temas estaduais. E impressionante! A CEEE, não tendo um medidor de energia, deixa à bangu. Em primeiro lugar, é uma perda para a CEEE. Em segundo lugar, depois, você vai ter que pagar. Não, não pode cobrar atrasado! Nós fizemos uma experiência, durante cinco meses, avisando todos os meses que estávamos pagando abaixo do que deveríamos estar pagando, e sempre diziam: “tem um problema, nós vamos verificar”; “vamos verificar, vamos verificar”. Depois, informações mentirosas: “Estivemos no seu edifício”. Mentira, não estiveram, porque lá tem portaria 24 horas. Quer dizer, se um órgão público dá esse tipo de resposta, deve ter – e nós incentivamos que tenha! – sua fiscalização, sua ação. Quanto à independência, muitas pessoas não sabem. A agência reguladora não é um órgão do Governo, é um órgão independente, é um órgão de fiscalização, e, como tal, tem que agir.

Eu espero que outras vezes, não só na presença aqui... E eu acredito que a nossa Presidência vai aceitar, assim como todos nós, que, sempre que tiverem alguma informação, passem. Nós temos aqui TVCâmara, temos Rádio Web, temos a Presidência, que pode lançar uma nota que venha de vossa instituição, porque isso é bom para o nosso cidadão. Então nós podemos ser um elo de divulgação. Tenho certeza de que a Presidência encaminhará devidamente essa questão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, meu caro amigo Alcebíades, eu quero dar um testemunho público da sua competência, e não é por ser meu amigo. O Alcebíades era Presidente do Conselho do Fórum do Consumidor de Porto Alegre, foi quando tivemos a

oportunidade de criar o Procon Porto Alegre. É uma voz do consumidor que está na Agergs, é só para testemunhar aqui que está em boas mãos esse setor na Agergs. O consumidor está muito bem representado por V. Sa. Meus cumprimentos. Obrigado por ter vindo hoje aqui. Tenho certeza que essa demanda que o Presidente combinou está em boas mãos para ser esclarecida. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Marília Fidell está com a palavra.

A SRA. MARILIA FIDELL: Tenho aqui uma colocação para se pensar. Nós temos uma política pública nacional, estadual e municipal que é o programa Minha Casa, Minha Vida. O que está acontecendo com essas famílias de baixa renda? Nós conseguimos por meio do Município, em parceria com o DEMHAB, que houvesse a Água Social. Hoje, eles pagam R\$ 20,00 de água, porque são famílias que vieram da periferia, e, quando não tinham água, um puxava do outro. O problema maior é justamente a CEEE. Vêm valores exorbitantes para o pessoal. Daqui a pouco, teremos famílias morando em apartamento de condomínio com vela acesa, com a luz cortada. E não existe mais um aviso prévio, eles entram e cortam a luz. Então tem uma demanda muito grande, eles estão muito preocupados. Tem uma política pública que paga a casa um valor barato, a água é social, mas a luz é exorbitante! Chega a ser mais de R\$ 200,00 R\$ 300,00 para famílias carentes. Como poderíamos, com o apoio desta Casa, fazer uma discussão? Porque a luz é estadual, é outra competência, para que nós pudéssemos atuar e ver um encaminhamento, por ser uma política pública, a habitação popular. Eu gostaria de ouvir do senhor alguma coisa a respeito disso. Muito obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Sr. Alcebíades Santini está com a palavra.

O ALCEBÍADES ADIL SANTINI: Primeiro, a manifestação dos colegas e da Vereadora fizeram mais elogios do que uma provocação, e sempre é bem-vindo. Todo ser humano gosta de ser reconhecido, receber elogio, mas também receber cobrança. Eu sei que a missão de gestor público não é uma missão fácil, porque não depende só da sua equipe,

por melhor que seja. E aí nós temos uma situação que nós temos que enfrentar, que muitas vezes é o corporativismo do próprio ser empreendedor. Isso não é no geral.

Na relação de consumo – quem me conhece sabe que eu uso sempre a mesma coisa – tem bandido e mocinho dos dois lados. Então, nunca a gente pode exagerar. Nós temos consumidores honestos, responsáveis, etc., mas também tem o malandro – isso em todas as categorias. E no fornecedor a mesma coisa. Agora, o que é importante de tudo isso aí? Primeiro, consumidor lesado, em qualquer relação de consumo, entre em contato com o seu fornecedor, de preferência formal. Quando é por telefone, 0800, que é um caos; apesar de ter um decreto criado pelo Ministério de Justiça que o primeiro atendimento no 0800 é para ouvir reclamação ou cancelar conta, talvez esse seja o último. Então, quando eu falo de fingimento, uma lei determina que na escala de atendimento devem ser prioritários esses dois conflitos, mas não se cumpre. Por isso eu digo que é importante o seguinte: reclamação, está insatisfeito, faça formalmente; se for informal, pega dia e hora com quem você falou e o protocolo. Porque isso é prova documental para uma ação judicial. E, na pior hipótese, não no caso de energia ou de saneamento, a gente não pode trocar de fornecedor, é compulsório, mas nos outros essa regra vale. Troca de fornecedor e divulga que esse fornecedor não gosta de consumidor. Então isso é um efeito também pedagógico, importante, para fazermos valer os nossos direitos.

É importante dizer o seguinte: o período de leitura que colocamos aqui, se for dois meses, obrigatoriamente o desconto tem que ser em quatro períodos, ou seja, o dobro do período que essa leitura foi feita, desde que num caso excepcional, que eu não sei, ainda não ficou identificado se foi um caso excepcional ou não feito pela CEEE, mas, se concluso que não foi dentro dos casos excepcionais ou autorizados pela Aneel, certamente nós vamos dedicar aqui uma fiscalização emergencial, porque – isto é importante dizer –, como convênio com a Aneel, nós somos talvez hoje a agência estadual mais eficaz junto desse convênio.

E só para dizer como a gente tem que pensar e agir como estadista. Quando cheguei na Agergs, perguntei: “Como funciona esse convênio? Quanto nós arrecadamos por multas no Estado?”, “De R\$ 20 a 30 milhões por ano”. Perguntei para o cara que mais entende: “Para onde vai esse dinheiro?”, “Vai para um fundo nacional de energia elétrica” – alguma coisa assim. Fiz a pergunta natural: “E não fica nada para o Estado para melhorar essa infraestrutura na relação de energia elétrica, consumidor e usuário e diminuir conflito?”

Responderam que não. “Por quê?”, “Porque é uma lei federal”. Eu disse: “Traz a lei federal”, “Transformamos um PL para que todas as multas que são pagas administrativamente, em média de 10 a 30 milhões por ano, 50% fique no Estado”. Esse PL já passou pela Comissão de Minas e Energia e, se isso for aprovado, vai atender todos os Estados do Brasil.

Então, aqui é um alerta para todos que são legisladores e representam a sociedade. Vamos pensar sempre em leis que tenham efeito pedagógico, educativo, mas que sejam mais justas e de maior interesse coletivo. Estou dizendo como é bonito a gente contribuir. Queria chamar a atenção do seguinte: talvez vocês conheçam melhor do que eu, mas só na área de saneamento, aí é uma chamada especial, e nós já estamos fazendo a nossa parte, nós temos mais de cem mil gatos, ou seja, ligações irregulares e, na área de energia, não sei quanto. Quando alguém me disse isso, eu saltei e disse: “Mas ninguém faz nada?”, “Não dá porque muitas vezes o Prefeito pactua com o bairro, não permite regular e tal”. Eu disse: “Não, para um pouquinho. Isso é uma missão também nossa, aliás de todos nós, vocês, nós que pagamos regularmente água e luz. Não estou discutindo a questão econômica e social do cara que faz isso, estou discutindo que nós temos que ser cidadãos plenos, direitos e deveres para todos”. Nós estamos convocando uma reunião, com um papel de mediador, entre Poder Judiciário, Famurs, DMAE, Corsan, concessionária de energia elétrica, Ministério Público, Delegacia do Consumidor, Brigada Militar e Defensoria Pública, para criar um comitê permanente e encontrar uma solução para diminuir essas situações irregulares, para que todos sejam cidadãos plenos perante a lei. Não podemos permitir isso. Acho que o papel da Agergs nesse sentido é de se tornar conhecida, mas prioritariamente ser provocada para dar a resposta. No caso da CEEE, a recomendação é esta: primeiro, CEEE; não deu resposta, Agergs; terceiro, Aneel; em último, Poder Judiciário. Não interessa o valor da ação, interessa é que o cidadão tem que sair da zona de conforto. Ou a gente aprende pelo amor, ou a gente tem que fazer o aprendizado pela dor. É essa a mensagem final. Eu tenho dito que, na gestão pública, tem que ter menos papo e mais atos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradeço, mais uma vez, ao nosso convidado Alcebíades Santini, Presidente da Agergs.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, eu quero aproveitar a presença do nosso grande Santini e do Cláudio Candiota para agradecer, em nome do povo de Porto Alegre, pelo grande trabalho que tiveram na vitória de, finalmente, sair o leilão do nosso Aeroporto Salgado Filho. Senhoras e senhores, esta é a grande notícia que nós temos: todo mundo já está sabendo que vai haver a ampliação da pista do nosso aeroporto. Todos devem ter visto na mídia que o grupo alemão Fraport venceu o leilão, a disputa pelo Aeroporto Internacional Salgado Filho, na concorrência realizada pela ANAC no dia 16 deste mês. A empresa apresentou a maior proposta para assumir a administração do Salgado Filho pelos próximos 25 anos, prorrogáveis por mais 5, e irá pagar R\$ 382 milhões por isso, com um ágio superior a 211% do mínimo da outorga. Entre as obrigações da Fraport está a ampliação da pista do nosso aeroporto em 920 metros, dentro de um prazo de 52 meses, após assinar o contrato de concessão, que deve ocorrer até julho. Também será exigida do grupo vencedor a ampliação do terminal de passageiros e do prédio de estacionamento.

Acho que todos nós nos sentimos muito felizes com esse desfecho e muito à vontade para trazermos o assunto à tona, pois, através da Frente Parlamentar do Turismo, da qual sou Presidente e o Ver. Adeli Sell é o Secretário-Geral, tivemos o envolvimento e uma participação muito grande com várias entidades, com várias autoridades, várias personalidades, entre as quais o Santini e o Candiota Jr. Nós cumprimos o nosso papel de promotores do esforço conjunto de muitas forças políticas, econômicas e comunitárias do Estado, que acabaram por produzir o resultado a que chegamos.

No entanto, senhoras e senhores, há inimigos nesse contexto. Quero falar agora das invasões. Ninguém ignora que Porto Alegre tem um déficit habitacional muito elevado, mas nem por isso temos que passar para o lado das invasões. Eu queria colocar aqui para os senhores e senhoras as imagens da nossa nova Vila Dique, ou seja, o loteamento Porto Novo.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ver. Matheus Ayres, as casas estavam concluídas, e a Caixa Federal ia realocar o último setor da antiga Vila Dique, ao lado do Aeroporto, para o Loteamento Porto Novo. Pasmem, senhoras e senhores, depois de a Prefeitura investir um grande dinheiro ali – são financiados pela Caixa, mas a Prefeitura tem a contrapartida do terreno, de uma série de participações financeiras –, também foi invadido.

Aí tem um outro loteamento, meu caro Ver. Adeli Sell. Esse é o Loteamento Senhor do Bonfim, que fica na Rua Senhor do Bonfim. Estão construídos apartamentos lá, Ver. Paulinho Motorista, estão prontos. Quando passaram para a Caixa para fazer a transferência de parte da Vila Nazaré, para liberar o terreno para a construção do aumento da pista do aeroporto, a Prefeitura fez um imenso trabalho, e, simplesmente, invadiram também. Invadiram os dois loteamentos necessários para a ampliação da pista do nosso aeroporto. Essa é a tristeza. A Caixa pediu reintegração de posse, e o juiz pediu uma negociação. Ora, negociação com vândalos, com invasores do patrimônio público destinado à ampliação do nosso aeroporto, que vai dar uma economia para o nosso Estado, para o incremento às exportações, ao turismo!? Lá estão invadidos todos esses prédios aí.

É triste, senhoras e senhores, o que está acontecendo. Triste também é a decisão da Justiça de ainda negociar com invasores, meu caro Camozzato! Negociar o quê, se eles não querem sair, Tarciso? Negociar o quê? “Não, eu estava sem casa...” Não, esse é o pior! Esse é o pior. São pessoas vindas de São Leopoldo, pessoas que têm casa, traficantes que já estão negociando a posse, já venderam, já estão ampliando o apartamento ou a casa, já estão fazendo pequenas construções. E a sociedade como fica? É triste, senhoras e senhores! Tem gente que não quer o progresso de Porto Alegre, não quer o progresso do turismo, não quer realocar pessoas que moram praticamente embaixo dos aviões, com som ensurdecador... Dar dignidade para essas pessoas. O Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, a Prefeitura, através do dinheiro dos impostos dos senhores e das senhoras, estão tentando diminuir o déficit habitacional de Porto Alegre, acabar com essas favelas que estão por aí, dar uma moradia digna, e aí acontece isso!

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vossa Excelência nos chama para um debate extremamente importante: a regularização fundiária e a construção de casas populares em Porto Alegre. Eu creio que erramos muito, mas muito. E falo na primeira pessoa do plural: nós! Porque o PT já foi Governo, e o senhor participa, nos últimos 12 anos, como apoiador desses Governos e do atual. Há questões que são inaceitáveis. Qualquer partido no Brasil, da esquerda para a direita, adora casinhas. Eu acho que, pelo menos, em alguns lugares, já saímos desse processo, como ocorreu na Vila Timbaúva e em outros lugares, do qual me envergonho, e foi na época do meu Governo, como também me envergonho de algumas construções que vi no Governo Fogaça/Fortunati. Eu acho que não podemos mais aceitar em Porto Alegre na época em que vivemos, com todo o método construtivo que temos, algumas casas que racham antes de terminar.

Sobre essa questão das invasões e ocupações, nós temos que discutir o *modus operandi*, ter prazo para começar, para terminar, sem parar no meio e com um mínimo de garantia que, para aqueles lugares, vão determinadas pessoas. O que temos visto é gente furando fila! Mas vamos discutir o que aconteceu ultimamente em Porto Alegre: o furo de filas. Por isso que as pessoas ficam indignadas e fazem o que fazem. Eu acho que temos que cuidar desta questão. Eu gostei muito que Vossa Excelência trouxe um tema que poucos estão tratando aqui nesta Câmara. A regularização fundiária é muito importante, e, concluindo, com o novo Código de Processo Civil, nós podemos regularizar muitas vilas em Porto Alegre, em cinco anos podem ser usucapidas, quando a ocupação não for clandestina e for pacífica – há casos que são assim. E em outros lugares podemos fazer operações urbanas consorciadas. A Prefeitura, a Procuradoria do Município vai fazer uma operação consorciada lá no Parque Industrial da Restinga. Muito obrigado, Ver. Nedel, é muito importante debater este tema.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Obrigado, Ver. Adeli. São 479 áreas invadidas, das quais 200 estão no Programa de Regularização Fundiária do DEMHAB. Duzentos e quarenta e cinco, entre loteamentos irregulares, são de proprietários que iniciam o processo de regularização, mas desistem. Oitenta processos de regularização fundiária foram analisados no último ano, dos quais 13 foram aprovados, contemplando 1.700 famílias.

Mas quero falar de outra invasão que aconteceu no Centro de Porto Alegre. Um prédio dos salesianos, aqui na Rua Duque de Caxias, ao lado do Tribunal Regional Eleitoral, foi invadido por pessoas dizendo que vão fazer uma acolhida de mulheres agredidas. Aí invadiram uma área da Instituição Salesiana que há muitos anos trabalha com jovens em situação de rua, com adolescentes em conflitos com a lei. Está lá, já houve reintegração, estamos já dando um prazo para as pessoas saírem e ocuparem outros espaços. Então, o prédio do Lar Dom Bosco, que existe nesse local, Ver. Oliboni, estava em reforma e agora irá funcionar lá a justiça restaurativa para adolescentes infratores. Ou seja, em vez de dar cadeia, é dada uma solução restaurativa, restaurando essas pessoas e as levando para o bem. Então é de lamentar, de chorar o que fazem aqui, em Porto Alegre.

Eu não entendo onde fica a lei, onde está a Polícia Federal, a Brigada Militar, a Polícia Civil; a lei, os governos não têm mais autoridade? Então vamos invadir propriedade privada? Invadir instituições importantes da nossa Capital, que fazem um trabalho, há anos, em favor da juventude, como os salesianos? Olha, eu fico extremamente triste em ver pessoas, às vezes até políticos, incentivando invasões. Lamento que a imprensa, às vezes, chame de ocupação; é errado, ocupação tem licença, mas invadir propriedade sem licença é realmente invasão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, senhoras e senhores; obrigado, Presidente; boa tarde, caros colegas, infelizmente, eu subo a esta tribuna para tratar de um assunto pesado, um assunto lamentável que ocorreu aqui na quarta-feira da semana passada. Uma Vereadora aqui da Casa resolveu que havia uma “bancada da bala” aqui nesta Casa, e não sei se fazendo menção ou não à quadrilha dos Bala na Cara, ou a que ela queria dizer. Também citou que existiam, aqui nesta Casa, Vereadores que representavam a misoginia – o ódio contra mulher –, a submissão da mulher aos ditames da moralidade, das suas igrejas e assim por diante. Acusações bastante graves e

lamentáveis para um parlamento sério e histórico como o de Porto Alegre. Isso me fez ter a obrigação de subir aqui para falar um pouquinho sobre esse assunto e para dizer à Ver.^a Sofia Cavedon, dona dessas palavras, que existe, sim, uma bancada da bala aqui nesta Casa, e eu confirmo que, de fato, existe, e quero de antemão afirmar que concordo integralmente com suas palavras. Eu vou lhe mostrar e mostrar aos colegas por quê.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Para quem não conhece, este aqui é Ernesto Che Guevara, quando, em uma assembleia da ONU, fala, alto e bom som, que gosta de fuzilar e que vai continuar fuzilando aqueles que pensam diferente dele. Ernesto Che Guevara constantemente é visto em bandeiras, camisetas de movimentos sociais ligados ao Partido dos Trabalhadores, partido ao qual a Vereadora pertence, ligados aos movimentos que defenderam a recente ex-presidenta, que recebeu *impeachment* do nosso País e que historicamente tem sua ligação com a esquerda, com a extrema-esquerda, com a esquerda antidemocrática, com a esquerda antiliberal. E aqui faço questão de diferenciar essa esquerda, pois me dificulta muito, já falei isso ao Ver. Adeli Sell, ter que o colocar no mesmo barco por ele estar no PT, mas o Ver. Adeli tem uma postura totalmente diferenciada dos demais políticos do PT, e faço questão de fazer essa ressalva.

Aqui temos Dilma Rousseff durante o seu mandato falando que gostaria de diálogo com terroristas, terroristas esses que assassinam mulheres, que mandam enforcar, que atiram pedras, que não têm o menor respeito pelas mulheres, tampouco lhes dão direito a voto, como temos e vemos no Brasil o respeito pelas mulheres entre os parlamentares desta Casa.

Também trouxe essa excelente frase do nosso ex-Presidente Lula, que chama o ditador Muammar al-Gaddafi de “amigo e irmão”. E eu lhes pergunto: bancada da bala tem tudo a ver com isso, não é? Tem tudo a ver com Muammar al-Gaddafi, com Ernesto Che Guevara, com ditadores genocidas da extrema-esquerda e que andam juntos até hoje. Se você acompanha os movimentos de rua, geralmente ligados ao PT, ao PSOL, ao PCdoB, PSTU, PCO, encontrará faces de Ernesto Che Guevara, referências a Nicolás Maduro, a Hugo Chávez, ditadores genocidas.

Trago um caso interessante, especialmente de Muammar al-Gaddafi, que tem uma ligação tão próxima com Lula, já que a Ver.^a Sofia Cavedon fala que os representantes da bancada da bala são misóginos, representam o ódio contra a mulher e a submissão da mulher aos ditames da moralidade, uma descrição do que Muammar al-Gaddafi fez com a Soraia, de 15 anos, que foi estuprada, desvirginada, golpeada com violência, ameaçada, forçada a cheirar cocaína e tudo mais com o ditador, antes ser submetida às suas sevícias. Então, lamentável a ligação desse partido com esse tipo de ditador.

Aqui tem outro ditador africano, portanto é constante na história do PT essa ligação com ditadores, genocidas, que esses, sim, odeiam mulheres; esses, sim, submetem a mulher aos ditames da moralidade – da sua moralidade genocida e totalitária –; esses, sim, misóginos. Então, eu faço questão de trazer aqui mais um reconhecimento a outro ditador que tem amor pelas mulheres – claro que estou sendo irônico, né? –, o Mahmoud Ahmadinejad. Então, é lamentável, Maduro insinuando que o opositor é *gay*, ou seja, tem também todo esse ódio contra homossexuais presente também na extrema-esquerda. Enfim, Lula já deu depoimentos contra homossexuais... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) E aqui os ditadores de esquerda que foram contrários ao armamento da população civil e que, depois, mostraram muito bem por que o são. Na verdade, é porque eles querem é torturar, ameaçar, coagir, assassinar em nome dos seus ideais, em nome de suas ideias tortas.

Então, eu deixo por último, a bancada da bala é aquela que defende que o cidadão receba uma bala na testa, quando detém ideias diferentes daquelas que você possui, como esses senhores fizeram ou é aquela que defende uma pessoa pacífica, inocente, trabalhadora ter o direito de poder se defender contra um agressor, homicida como esses, ou violento, assassino que nem vemos assaltantes nas ruas fazendo atentados contra o cidadão que nada cometeu de violência contra terceiros? Então, eu acredito que a bancada da bala existe, sim, e ela está aqui representada muito bem por Vereadores como estes que representam pseudo-humanitaristas da extrema-esquerda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. COMANDANTE NÁDIA: Obrigada, Presidente; boa tarde aos meus colegas da plateia que nos assistem. Eu proponho uma reflexão para os meus colegas Vereadores que aqui se encontram quanto à afirmação, também, da Ver.^a Sofia, na última quarta-feira, quando referiu que nesta Casa há uma bancada da bala. Vou ler na íntegra a fala da Vereador,a para que não estejamos errados (Lê.): “Nós, agora, temos aqui uma bancada que se chama bancada da bala, uma novidade na Casa de Porto Alegre, que nós só tínhamos no Congresso Nacional. Agora temos uma bancada que defende o uso da arma pela vida, temos Vereadores que representam aqui a misoginia, o ódio contra a mulher, a submissão da mulher aos ditames da moralidade, das suas igrejas, dos seus credos religiosos, que nós vemos – e respeitamos – orar todos os dias, mas que não podem compor o estado laico”. Eu sou mulher. Deve essa afirmação ser a representação da facção criminosa que muito bem conheço dos 28 anos de Brigada Militar, intitulada Bala na Cara e outras assemelhadas também, compostas de bandidos e assassinos que, quando repelidos pelas polícias, recebem imediato auxílio e solidariedade de partidos políticos e políticos peritos em falácia, na falsa defesa de quem já decretou e executa pena de morte no Brasil. Se a referência feita pela Ver.^a Sofia diz respeito a seis Vereadores desta Casa que são contra o Estatuto do Desarmamento e que têm unicamente por objetivo o direito de autodefesa individual do cidadão a si mesmo, da sua famílias e propriedade, fundando-se no direito natural de preservação da própria vida e no direito constitucional de defesa do lar familiar, então, a referência é um elogio a quem quer garantir o direito do cidadão de defender a própria vida. Muito obrigada, Presidente. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras, pessoas que nos assistem aqui nesta Sessão, eu confesso que fiquei surpresa e chocada pelo fato de os meus colegas e de esta Vereadora serem chamados de bancada da bala, não só bancada da bala mas com esta frase: “[...] uma novidade na Casa de Porto Alegre, que nós só tínhamos no Congresso Nacional. Agora, temos uma bancada que defende o uso

de armas pela vida”. Na minha casa sou conhecida por ser uma pessoa bastante paciente, por explicar, às vezes as pessoas têm dificuldade de entender interpretação de texto, movimentos... E eu quero explicar à minha colega Ver.^a Sofia, inclusive já é a segunda vez, porque nós tivemos um episódio também na Procuradoria da Mulher que gerou muitas confusões. Houve o comprometimento de não trazer uma pessoa – isto não foi levado para as demais colegas – que faria uma palestra, mas um fôlder foi divulgado. Então já é a segunda questão com que tenho completa divergência com a Ver.^a Sofia, porque condutas são importantes, mesmo quando a gente tem diferenças ideológicas e partidárias, principalmente.

Eu quero dizer que esta bancada da bala participou da manifestação do Movimento Armas pela Vida, que reuniu muitas pessoas no Parcão, em Porto Alegre, no dia 19 de março, num domingo em que todas as pessoas poderiam estar descansando nas suas casas. Porque, em meio à grave crise da segurança pública em todo o Brasil, surgiu o sentimento de revolta com o Estatuto do Desarmamento, que tirou o direito de defesa dos cidadãos. O clamor é pela mudança da legislação. Essa bancada da bala quer isso. O Armas pela Vida propõe transformar a indignação com a insegurança em uma ferramenta da sociedade manifestando essa mesma insatisfação e cobrando a imediata ação do Congresso. O Movimento exige empenho dos políticos em Brasília para a aprovação do PL nº 3722/2012, mas de forma prudente e responsável ao alterar o Estatuto do Desarmamento e devolver ao povo a sua capacidade de proteção, dando ao bandido a resposta concreta da sua agressão.

Se ter esse sentimento é fazer parte da bancada da bala, muito bem, os Vereadores estão aqui a favor do armamento do cidadão por uma razão muito simples: a proposta do desarmamento não desarmou o bandido; desarmou o cidadão de bem que busca mecanismo para se defender da insegurança do cotidiano. Os bandidos estão cada vez mais armados, pois sempre encontraram formas ilícitas de obtenção de armas. Só o desarmamento da sociedade é que foi regrado. Então, Ver.^a Sofia e demais colegas, a bancada da bala é aquela que busca reverter o Estatuto, no momento em que a população brasileira está sendo abatida que nem gado diariamente pela bandidagem armada.

Eu gostaria de finalizar a minha fala dizendo à Ver.^a Sofia que ofereço uma bala para ela. (Mostra um doce.) Esta bala eu acho que cai bem num momento desses. Nós,

Vereadores desta Casa, temos que ter responsabilidade quando falamos de um outro Vereador ou para a população. Os Vereadores que aqui defendem o direito do cidadão de se defender nada mais são do que representantes do povo, foram eleitos por essas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, eu quero dizer que esta bancada que a senhora chama de bancada da bala é a favor do armamento do cidadão por uma razão muito simples: o bandido continua cada vez mais armado. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vamos conversar hoje em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, primeiramente trazendo um abraço, a nossa saudação e os nossos cumprimentos ao nosso Vereador que assumiu hoje, Gilson Padeiro, e à nossa Ver.^a Marília Fidel. Sucesso. Sejam bem-vindos em nosso meio.

Eu vou conversar um pouco hoje para darmos prosseguimento à caminhada que iniciou há mais de três décadas por famílias de pessoas com Síndrome de Down. Muitos resultados foram alcançados. Estamos longe de uma situação ideal, mas hoje nós temos avanços na legislação, na saúde, no ensino, no mercado de trabalho. Em 2006, foi instituído pelas Nações Unidas o Dia Internacional da Síndrome de Down, e esse dia foi eleito o dia 21 de março. Hoje, esse 21 de março é lembrado pelos países-membros que assinaram essa questão.

Nós temos, em Porto Alegre, a Associação dos Familiares e Amigos do Down e, aproveitando a oportunidade, queremos cumprimentar os seus dirigentes, meu caro Ver. Cecchim, Ver. Paulinho, pelas ações que têm desenvolvido. Porto Alegre avança, e o Rio Grande do Sul hoje tem uma lei especial que trata da Semana de 21 a 28 de março, a nossa Semana Especial, através da lei nº 14.866/16. Foi instituído no Rio Grande do Sul o Programa Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down e a Semana de Conscientização sobre a Síndrome de Down. Essa semana está integrando o calendário de eventos do Estado, e nós estamos propondo que aqui em Porto Alegre também

tenhamos essa Semana Especial, para garantir, dentre tantas outras coisas, a cidadania das pessoas com Síndrome de Down e, principalmente, defendendo o acesso à escola e ao mercado de trabalho. Quando se assinou a Lei nº 14.866, essa Sessão teve assinatura em ato solene no Palácio Piratini, com a presença de pessoas com Síndrome de Down, seus familiares, profissionais, autoridades e o próprio Governador do Estado. Portanto, nesta semana nós estamos aqui para fazer essa referência toda especial para conclamar os avanços que estão acontecendo e, antes de mais nada, conclamar para aquilo que precisa ainda acontecer.

Recebi o folheto da Associação, que diz que, no mundo, de três a cinco mil bebês nascem com Síndrome de Down por ano e, no Brasil, um em cada setecentos bebês nasce com essa síndrome. Nessa Semana de Conscientização, temos a inclusão social como um dos principais obstáculos enfrentados pelas pessoas com Síndrome de Down e seus familiares, torna-se fundamental que a sociedade desenvolva atitudes que permitam a participação das pessoas com Síndrome de Down na comunidade. A inclusão começa em casa, mas também deve estar presente em todos os espaços, como na escola, no trabalho e no lazer, e as iniciativas devem ter em vista o respeito ao direito das pessoas com Síndrome de Down, para que ela possa atingir a plena cidadania. Assim, o desenvolvimento de uma vida produtiva e autônoma também depende da convivência em uma sociedade acolhedora.

Aqui fica o nosso registro; inclusive, na semana passada, outros Vereadores conversaram sobre o tema, especialmente me lembro do Ver. Paulo Brum, que conversou sobre isso, trazendo nosso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Deixo um abraço a todos e cumprimento todas e todos que têm labutado nessa bela e linda jornada. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Há muitos problemas na Cidade, mas também, às vezes, a gente é obrigado a usar a tribuna para defender a racionalidade e combater aqueles que tentam pregar como se fossem proprietários de grande ideias. E usam a tribuna para ficar

atacando sem argumento nenhum. Em geral a extrema-direita tem essa prática. E aqui na Câmara está tentando se articular um pequeno bloco de extrema-direita, um bloco minoritário. Eu não vou ficar aqui respondendo, porque o tempo é curto, mas ficar respondendo as falsificações grosseiras de gente que nunca estudou história e usa a tribuna e compara, por exemplo, Stalin com Che Guevara ou Hitler com Mao Tsé-Tung. Porque é tão ridículo esse tipo de argumento que ele não se sustenta, ele não consegue ter adeptos, ele não consegue, realmente, acumular forças. Não tem condições! Esse tipo de político, e tem um pequeno grupo de político que tem agora a ideia de encontrar soluções muito fáceis para problemas complexos. Ocorre que problemas complexos, quando a gente tenta solução fácil, pode até ganhar um adepto ou outro, mas, em geral, a solução fácil é também a solução errada. É o caso daqueles que defendem que, diante da tragédia social que nós temos no País, como único ponto programático, que as pessoas, de modo generalizado, se armem. Quero saber se esses Vereadores querem antecipar algum tipo de guerra civil no País, porque o armamento de todos pode ter isso como resultado. E certamente nós temos lado, porque não estamos... Nós somos aqueles que, diferente desses Vereadores, não estamos, por exemplo, sustentando o Governo Temer. Todos esses Vereadores que têm como centro atacar Che Guevara ou tentar apresentar soluções fáceis para problemas complexos não falam nada, dizem que são contra a corrupção. Eu escuto, são todos contra a corrupção, mas não falam nada do Governo Temer.

Por isso que fracassou a manifestação de domingo. As outras manifestações, convocadas pelo MBL, eram de milhões de pessoas. Por que fracassou a de domingo? Fracassou a de domingo por uma razão muito simples: já ficou evidente, para milhões de pessoas que se mobilizaram, indignadas contra o Governo Dilma – e tinham motivos –, que foram para a rua pelo *impeachment* e que começaram a deixar de seguir um movimento, pois ele fala contra a corrupção, mas sustenta um governo que reúne o maior número de bandidos da história do País, que reúne o Juca, que está na Lava Jato, que reúne o Moreira Franco, que está na Lava Jato, que reúne o Eliseu Padilha, que está na Lava Jato. Então, falam contra a corrupção, mas, na verdade, sustentam um Governo que está tratando, de todas as formas, de desmontar a Lava Jato. Por isso a mobilização de domingo fracassou, porque as pessoas não são idiotas de seguir manipuladores políticos. Estes políticos que falam tanto contra corrupção falam também em segurança pública, o tempo inteiro falando

em segurança pública. Nós também estamos preocupadíssimos com a segurança pública, muito preocupados. A segurança pública está um caos no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre. Eu tenho dito que nunca em Porto Alegre teve um número de policiais militares tão pequenos quanto agora. E esses políticos falam de segurança pública mas não dizem uma palavra sobre o Governo Sartori, que é o Governo que está desmontando as polícias Civil e Militar. Os policiais militares andam sem armamento, sem colete à prova de balas, sem viaturas, andam com o seu efetivo desmontado, e esses políticos acham que vão atacar o Che Guevara, atacar o Mao Tsé-Tung, atacar a esquerda, vão dizer que todo mundo tem que se armar e não falam uma única palavra sobre o desastre do Governo Sartori. Por que não falam? Por que sustentam também o Governo Sartori. Então, sustentam o Governo Temer, sustentam o Governo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então é muito grave! E eu vou chegar no Município, porque também esses Vereadores que estão articulados, acho que está aí, tem uma Bancada nova, eu não sei o nome desta Bancada, mas é Felipe Camozzato, Mônica Leal, é suprapartidária, tem um pequeno grupo aí que está muito unido, muito unido também para defender o Governo Marchezan. Muito unido! Parece que eles já têm um programa geral, disfarçam o seu programa com a ideia de que todo mundo tem que se armar, mas o programa geral que eles têm, real, é sustentação do Governo Temer, que é um Governo que está tentando liquidar com a Lava Jato; sustentação do Governo Sartori, que é um governo que está liquidando a Segurança Pública; e também sustentação do Governo Marchezan... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Roberto Robaina prossegue sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Obrigado, Presidente Janta.

Parece que eles têm uma certa máxima: “Hay gobierno? Soy a favor”. Se o Governo for um governo que ataca os interesses do povo, mais ainda, aí se excitam para ser a favor, por isso estão com o Governo Marchezan. Nisso o Governo Marchezan é importante, porque o Governo Marchezan parece que, nesses três meses, se caracterizou por ser um governo que ataca os interesses populares, está tentando liquidar o que tem de esporte e

lazer na cidade de Porto Alegre, desmontando centros comunitários, está tentando bagunçar a educação municipal tratando de impor um decreto que muda a rotina escolar. E, agora, a última dele: está anunciando a extinção do Orçamento Participativo neste ano. Então é um Governo que está buscando o enfrentamento aos interesses populares em todos os pontos.

Há debates que eu acho que têm que ser debates de alto nível, porque estou muito a favor de que haja muita transferência. Cortar Cargos de Confiança, isso tudo é muito importante, mas nós temos que fazer o debate de conjunto sobre a Cidade. Até agora, nesses três meses, o que o Governo tem feito é ameaçar servidor público e desmontar estruturas mínimas que a Cidade tinha, que eram estruturas favoráveis aos interesses populares. Então, eu vim à tribuna, neste caso, sim, para combater. Saibam esses Vereadores que as suas proposições irracionais, que tratam de apresentar soluções demagógicas, não vão passar em branco, por uma razão muito simples: as posições que esses Vereadores sustentam não têm nenhuma condição de, realmente, desenvolver um projeto político, nenhuma condição. São incapazes de desenvolver um projeto político.

E o fracasso do MBL no domingo é a maior demonstração de disso, Bosco, ou no domingo eles fracassaram porque eles não têm condições de fazer um projeto político. O único ponto que dava, realmente, algum peso era o *impeachment* da Dilma, que era popular, e eles mantiveram o discurso contra a corrupção. Mas, na verdade, defendem o Temer, que é um Governo que está tentando desmontar a Lava Jato. Agora, eles têm um projeto que é irracional, mas tem consistência, que é o projeto do Bolsonaro. Esses Vereadores que se cuidem, porque a lógica do que eles defendem, levada às suas últimas consequências, é que eles vão ser base de sustentação do projeto da extrema-direita fascista que existe na Brasil, que é o projeto Bolsonaro. Um projeto fascista que defende, sim, o armamento de um Estado antipopular, não armamento do povo. Vocês podem ter certeza de que uma trajetória revolucionária e socialista que está disposta a defender armamento do povo para defender seus interesses não é o caso do projeto Bolsonaro. O projeto Bolsonaro é armamento contra o povo, de preferência utilizando o poder do Estado para garantir o monopólio da violência pelo Estado, para atacar os movimentos sociais, os movimentos populares e os movimentos democráticos.

E essa é a lógica à qual esses Vereadores vão acabar se ligando, se eles forem inconsequentes com o que têm defendido. Como eu acho isso muito grave para o País,

eu uso a tribuna para desmascarar esse tipo de pensamento, que é um pensamento irracional e que não oferece solução nenhuma. Até porque nós precisamos é que o Estado cumpra as suas obrigações constitucionais, garanta a segurança pública, garanta a educação pública, garanta a assistência social, que é a única forma, de fato, de nós termos um padrão mínimo civilizatório que impeça a barbárie – a barbárie! De certa forma, a barbárie já existe no País e vai se agravar se os políticos não tomarem medidas concretas. E, quando eu digo os políticos, são aqueles políticos que entendem a política como algo a serviço do povo. Nós sabemos que isso está muito em falta na política tradicional, mas confiamos no nosso povo, na sua capacidade de organização, de mobilização, e essa é a capacidade que vai permitir que as opções fascistas sejam derrotadas e que se afirme uma alternativa verdadeiramente democrática com a participação popular e de acordo com os nossos interesses. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho importante este debate. É uma pena, Ver. Camozzato, que os teus argumentos e a tua tentativa de vincular as esquerdas a ditadores, assassinos, sejam patéticos. Desculpe-me, porque contexto de revoluções, misturando líderes de diferentes vieses – não tem. Desculpe-me, eu esperava que tu viesses, como Partido Novo, trazer os argumentos aqui de fato para a defesa da bala pela vida. Então, eu queria dizer que não vou considerar. Eu acho que, se há uma marca da esquerda que eu represento, pela qual luto, é a construção da paz, sim, é a solução da desigualdade, da violência, enfim. Eu vi que vocês questionaram muito aqui ao que eu me referia, quando caracterizava como bancada da bala. Então, eu vou ler o conceito que está na Wikipédia, conhecido e reconhecido no Brasil (Lê.): “Bancada da bala é o nome pelo qual é conhecida a frente parlamentar composta por políticos que lutam pelo direito de autodefesa individual, fundando-se no direito natural de preservação da própria vida e no direito constitucional de defesa do lar familiar”. Defendem o fim do Estatuto do Desarmamento. Então, nenhuma relação com grupo de bandidos; é uma composição política, claramente manifesta e organizada em São Paulo, no Congresso

Nacional e aqui, com camisetas, com movimento, Robaina, com clara manifestação dessa posição.

Eu quero lembrar para vocês as diferentes iniciativas da bancada da bala nacional. Vou citar uma delas e gostaria de saber se a bancada daqui tem acordo: redução da idade para porte de arma. Ver. Oliboni, hoje, tem que ter mais de 25 anos para porte de arma, e uma das propostas da bancada da bala nacionalmente é que, a partir dos 21 anos, pode ter porte de arma legal. Então nós temos essa divergência.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Dados estatísticos mostram que não é solução para a violência armar a população. A experiência do velho oeste é suprimir qualquer Estado de Direito e instalar a pena de morte, mas não é pena de morte a partir de tribunais, direito de defesa e processos; é pena de morte nas ruas, um matando o outro, e nós já sabemos no que vai dar isso.

Eu acho que o Ver. Robaina já trouxe aqui as defesas, o grupo, as situações que defende, que são claramente divergências com a esquerda, mas esta aqui, para mim, é a questão mais grave. São Vereadores da base do Governo Sartori! Os indicadores das mortes, dos assassinatos, da perda de jovens, de homens e de mulheres, pelo que nós choramos nesta Cidade, estão claros neste gráfico (Referindo-se à apresentação em PowerPoint.). Quanto menor o contingente de brigadianos em ação na Capital, maior é o número de perdas de vidas. Eu gostaria que os Vereadores que estão na base do Governo Sartori fizessem essa organização para pressionar isto: nomeação de brigadianos, trabalho articulado da Brigada, da Delegacia de Polícia. No ano passado, senhores, foram assassinados 802 porto-alegrenses. Vocês sabem o que é perder quase mil pessoas assassinadas nas ruas de Porto Alegre? O gráfico azul mostra a redução de contingente. Portanto, eu acuso o Governador do Estado, assim como os partidos que fazem base do Governo de Estado, de provocar, de ser conivente com o assassinato, com a violência na cidade de Porto Alegre. O Governador Tarso deixou concurso público, dois mil brigadianos. Deixou 600 delegados de polícia a serem chamados para fazer cursos e para entrar nos contingentes que atendem Porto Alegre e o Estado do Rio Grande do Sul. O que fez o Governador Sartori no seu primeiro, segundo ano? Nenhuma nomeação. É no

terceiro ano que ele vai começar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Portanto, Ver. Cassiá Carpes, tem responsabilidade, sim! E, se nós continuarmos achando que é fácil ser governo, deixar o seu governo agir de forma irresponsável, criminosa com a segurança dos moradores de Porto Alegre, vamos ter uma panaceia equivocada, mostrada pelos números, que é armar a população, mudar o Estatuto e achar que com isso ilude a população que exige segurança, responsabilidade dos órgãos públicos. E não é fazer apologia de que tudo o brigadiano resolve. Tem que ter política pública! Prefeito Marchezan, tens que organizar e fazer os compromissos de segurança que prometeu na sua campanha, tens a sua parte a fazer!

Gente, eu sou parceira. E não quis aqui chamar ninguém de criminoso, eu quis... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, antes de mais nada, quero dizer que ontem participei de uma atividade muito bonita que há um ano já se tentava articular em Porto Alegre, desde que eu tinha ido em uma experiência com a Luisa Mell, uma referência da nossa causa e do nosso tema e que organiza isto pelo Brasil afora, principalmente no Estado de São Paulo: são as feiras de animais. Quem tem mais de 20, 30 anos, talvez lembre que havia feiras de filhotes em *shopping*, como no Iguatemi, por exemplo, onde ontem foi realizada uma feira muito bacana, talvez depois de 20 anos. Eu fui participar junto com a Associação 101 Viralatas, e quero fazer uma saudação muito especial a essa organização, assim como a outras protetoras, também à Shana, aqui em Porto Alegre são centenas e no Estado mais ainda que cuidam e cumprem um papel, inclusive, de órgão público.

A instituição 101 Viralatas cuida de mais de 400 animais na cidade de Viamão, inclusive, para muitas pessoas, é a referência de animais do Município. Muitas pessoas acham que aquilo faz parte do Município, mas não. A 101 Viralatas, assim como a Shana e outras protetoras, vive de doações para sustentar um número expressivo de animais, maior até

do que muitos municípios colocam de dinheiro público, para ter política pública para sustentar e organizar os animais de rua, e efetivamente acabam cumprindo esse papel público. Então, eu queria fazer essa referência a 101 Viralatas, dizer que sou um incondicional apoiador deles e que o trabalho foi muito bonito. Ontem foi muito emocionante ver um número expressivo de pessoas passando no Shopping Iguatemi e adotando animais, comprando adereços, enfim, camisetas da entidade, para fortalecer o voluntariado, inclusive isso vai acabar virando em ração para os animais.

Eu queria fazer aqui um comentário ao meu Líder Idenir Cecchim, que me mandou um vídeo; à nossa liderança do bloco, pessoal por quem tenho respeito, que mandou um vídeo muito sensível de uma situação muito peculiar, algo que a grande parte da população desconhece. Naquele vídeo está bem expressado isso, que é a relação dos animais bravos, que muitas vezes não têm destino. As pessoas não sabem como tratar, e muitas casas, os próprios proprietários da casa... Eu tenho um projeto de lei aqui tramitando que trata especificamente de animais bravos. Pode parecer desconhecido da grande parte da população, mas há muitos animais, pelos mais diversos fatores psicológicos, de sofrimento, de ficar na coleira curta, de passar fome, acabam se neurotizando e virando animais bravos, os quais nem mesmo as pessoas que convivem com eles – os donos – têm controle. Esses animais, muitas vezes, quando saem para fora do seu pátio ou de seu local, mordem, agredem, e as pessoas não sabem o que fazer, como foi no vídeo que o Ver. Idenir Cecchim me mandou.

E eu estava ali comentando com ele que são situações muito peculiares e difíceis de administrar, porque são animais fortes, que, quando mordem, não soltam mais, como nesse vídeo que ele mandou para os colegas Vereadores. O que fazer nessas situações? Ali, naquele momento, o indivíduo estava com um pau, outros jogavam *spray* de pimenta, outros jogavam água. Na verdade, a única maneira de separar esses animais é torcendo a orelha dele, porque a dor que o animal sente na orelha consegue separar qualquer animal, porque ele estava grudado ali, muitas vezes têm que administrar a situação para que ele não morda a pessoa que está torcendo a orelha. Mas é a única maneira que tem de tirar o animal, porque eles são muito sensíveis na sua orelha, e isso faz com que consigam ser separados e não fiquem nessa situação.

Lamentavelmente, eu até comentava com meu colega Idenir, na cidade de Içara, próxima à Criciúma, no ano passado, fui chamado para um caso muito específico. Um indivíduo

padeiro, e não é uma coincidência com o colega Padeiro, que assumiu hoje como Vereador, não é nenhuma brincadeira, mas ele era um padeiro e participava de rinha de cachorros, que inclusive é outro crime e que lamentavelmente a sociedade coloca para baixo do tapete porque quem participa desse tipo de crime são pessoas que muitas vezes têm dinheiro, influência. Esse indivíduo, na cidade de Içara, tinha uma padaria, trazia animais de rua, vira-latas para treinar o seu pit bull, que era de rinha, levando esses animais à morte. Foi gravado lá, mandaram-me quase quinze vídeos mostrando esses animais indo a óbito. Liguei para ao Prefeito, foi aberto inquérito policial, e esse indivíduo acabou sendo penalizado, mas não é um caso isolado, acontece em todo o Brasil.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o Governo estava calado, hoje ia ficar calado nesta Sessão, pelo jeito estava tudo transcorrendo tranqüilamente, mas aí, quando se começa a dizer que o Governo está desmontando centros comunitários de Porto Alegre, que está acabando com o Orçamento Participativo de Porto Alegre, que está acabando com o esporte em Porto Alegre, que ameaça os servidores, o Governo é obrigado a vir na tribuna.

Em primeiro lugar, nós não estamos desmontando nada, o Governo não está desmontando centro comunitário nenhum. O Governo está tentando pagar as contas que foram feitas e deixadas para trás há muito tempo, principalmente no Orçamento Participativo. E não é de agora, não é dessa gestão que passou. Há demandas do Orçamento Participativo, junto com os centros comunitários, de 2000, 2001. Ninguém está desmantelando centro comunitário nenhum, pelo contrário. A questão do Orçamento Participativo é que o Governo não está mais mentindo para as pessoas, o Governo está falando a verdade. Não adianta ficarmos fazendo reunião do Orçamento Participativo, colocando demandas no livro, que parece uma bíblia de tão grande, com nada sendo efetuado. Nós estamos tendo uma conversa franca com as Regiões do Orçamento

Participativo e dizendo para eles o que pode e o que não pode ser cumprido. Não adianta cada Região vir com 500 demandas, e nada ser cumprido; vir com demandas na área de habitação, demandas na área de infraestrutura, e nada ser cumprido.

Na questão do esporte, criou-se uma lenda na cidade de Porto Alegre de que o Governo vai acabar com o esporte. Mas o esporte continua acontecendo em Porto Alegre, continua acontecendo nas praças, nas áreas esportivas. O que não existe é a estrutura do Secretário de Esporte, da Secretaria de Esporte que existia antes. Agora, a política de esporte continua acontecendo em Porto Alegre, e eu até pedi que o Ver. João Bosco Vaz fizesse um relatório da importância do esporte, da estrutura do esporte dentro de Porto Alegre, para nós discutirmos bem mais isso. Mas a política de esporte será mantida dentro de Porto Alegre e será assegurada dentro de Porto Alegre.

Nós não estamos ameaçando nenhum servidor. Se ser franco e falar a verdade é ameaça, nós poderíamos ficar simplesmente calados. Mas nós estamos sendo francos com as pessoas quando dizemos que não temos dinheiro para fazer tal coisa. Semana passada, estiveram os dois Secretários aqui, e os dois disseram somente uma coisa o tempo inteiro: a situação das finanças do Município é caótica. Foi isso o que se ouviu, que a situação do nosso Município é caótica. Então, nós não estamos ameaçando nenhum servidor público, não há ameaça a nenhum servidor público. O que há é que estamos falando a verdade para o servidor público, nós não podemos gerar expectativa nas pessoas. Nós estamos sendo francos e honestos com o servidor público; não estamos fazendo nenhum tipo de demagogia, dando esperanças. Estamos preparando os servidores públicos, estamos fazendo a nossa lição de casa.

E a Ver.^a Sofia Cavedon vem aqui e cobra que temos que resolver o problema da segurança pública, mas isso não deveria ter sido feito há 20 anos, quando vários bairros cresceram em Porto Alegre? Qual foi o governo que fechou os postos da Brigada Militar que havia nos bairros? Diziam que os postos eram uma “repressão ao povo”. O que nós prometemos durante a campanha estamos cumprindo, porque abrimos um posto de saúde, na última sexta-feira, que funciona até as 22h. Estamos cumprindo, e o que estamos conseguindo fazer em parceria com o Governo Federal, com o Governo do Estado estamos fazendo, não vamos resolver um problema de décadas em Porto Alegre em 90 dias! Mas estamos atrás de parcerias para resolver... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do

pronunciamento.) Conseguimos juntar a Brigada Militar, a Polícia Civil e a Guarda Municipal para tratarem da segurança de Porto Alegre, é uma prioridade nossa. Agora dizer que nós não resolvemos o problema da segurança em 90 dias é largar tudo nas costas de um governo que está iniciando e que vai cumprir a sua parte, com monitoramento eletrônico, aperfeiçoando a Guarda Municipal. Com certeza, a nossa parte quanto à segurança pública nós vamos cumprir, mas esse é um problema de todos nós: Governo do Estado, Governo Federal e de todos nós, da população toda de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na verdade vou usar esses 15 minutos para falar um pouco da Secretaria Municipal de Esportes, mas preciso, antes, fazer uma pequena análise do que transitou por esta tribuna hoje.

O Ver. Robaina fez uma fala interessante e, no meio da fala, disse que o Prefeito Marchezan está inclusive desestruturando o sistema educacional. E aí eu pergunto: mas não estava ruim com a Professora Cleci Jurach? Lembra, Professor Edgar? A Secretária Cleci recebia todos lá, conversava, encaminhava, resolvia situações – inclusive recebia e resolvia situações da Ver.^a Sofia Cavedon, a maior crítica que ela teve aqui. Os senhores que são novos não sabem, mas a Ver.^a Sofia Cavedon votou inclusive contra o projeto – o Prof. Alex sabe disso – que dava o uniforme completo para as crianças em todas as escolas municipais de Porto Alegre! Qual é o pai que não quer que o filho tenha um uniforme para ir à escola? Então, estava ruim? Está ruim agora?

(Aparte antirregimental.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Numa boa, Vereadora, se agora está ruim... E aí falavam que estava ruim com a Secretária Cleci. A Secretária Cleci fez um grande trabalho. É indiscutível, é indiscutível! Eu nunca vi, por exemplo, a Ver.^a Sofia vir aqui e dizer “Olha,

eu fui Secretária e errei”. Eu fui Secretário, errei várias vezes e errei muito! Mas acertei também. Acertei.

Nessa questão do armamento que foi levantada aqui eu prestei muita atenção. Já dizia, nesta Casa aqui, o espirituoso Ver. Dilamar Machado em todo momento: “Só não muda de ideia quem não as tem.” Estou certo, Pujol? Ele e o Isaac Ainhorn – que Deus os tenha. Na realidade, fazendo uma análise macro dessa situação do desarmamento, estou chegando à conclusão, Ver. Robaina, de que o cidadão de bem, em casa, tem que se armar para defender a sua família. Não dá mais, não dá mais! Eu sou o autor nesta Casa, onde se fazem leis que não funcionam. Mas tem uma lei que funciona mais por necessidade, que é a lei da cerca elétrica: as pessoas estão presas, e os vagabundos estão soltos.

Agora, usar pejorativamente a expressão bancada da bala – eu não faria isso com meus colegas. Nós temos uma bancada do esporte aqui: Ver. Cassiá Carpes, Ver. Tarciso, eu, e o Ver. Mauro Pinheiro. Ninguém veio dizer: olha, a bancada do esporte está lutando para dar qualidade de vida para as crianças e adolescentes. Nunca vi ninguém dizer isso! E, quando a Ver.^a Sofia apresenta o gráfico dos assassinatos, esse gráfico comprova o que alguns colegas vêm aqui defender, e eu já me dei conta disso. Os assassinatos são feitos pelos vagabundos que estão armados. Agora, não sou de nenhuma bancada, a não ser da bancada do esporte, e de nenhum bloco; o meu bloco é só eu e o Camozzato! Então, o quero dizer é que temos que nos preocupar com a nossa família; agora, vir aqui discordar, *o.k.*; agora, acusar! Como é que vou dizer que a Ver. Comandante Nádia é da bancada da bala? Coronel, tem que meter bala mesmo! Se a senhora está armada e for assaltada... Vou dar um exemplo de um colega seu, meu amigo, Coronel Guacir, que está em uma cadeira de rodas. Ele foi assaltado na frente de sua casa, e o vagabundo meteu bala nele. E isso que ele não pode nem reagir. Então, são algumas análises que precisamos fazer. Aqui nesta Casa, Ver. Robaina, nós temos um código de ética escrito, mas o código que vale mesmo é o respeito nosso um com o outro, o que, às vezes, não acontece nesta tribuna. As pessoas se agrandam, mas depois não querem ouvir. Então cada um é responsável pelo que diz aqui nesta tribuna. Aqui nós temos a imunidade, mas não é a imunidade para atacar o Vereador ou a Vereadora, como já aconteceu várias vezes aqui; é a imunidade parlamentar para expor as ideias e respeitar as ideias dos outros. Eu tenho tentado, nesses quase 20 anos aqui, me comportar assim. Eu quero

deixar claro o que eu penso, já disse várias vezes aqui: o PT esteve no governo de Porto Alegre por 16 anos, fez grandes realizações e fez coisas que não deram certas; o Fogaça fez grandes realizações e teve coisas que não deram certo; o Fortunati fez grandes realizações e teve coisas que não deram certo. O Marchezan fará coisas interessantes, competentes e também coisas que não darão certo. O que eu quero dizer com isso? Quero dizer que não há governo perfeito, e que, na realidade, cada governo decide como vai governar. Agora, se errar, assuma os erros. E se acertar, vamos reconhecer que houve acertos.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Ver. Bosco, cumprimentos pelo seu discurso neste período importante que é o Grande Expediente. Eu queria apenas dizer que, na bancada do esporte, eu, um humilde jogador de bocha, também estou, é um esporte.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Não, tu estás fora.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. está se exibindo só porque é mais jovem que eu!

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Tu estás fora, bocha não! Brincadeira!

O Sr. Idenir Cecchim: Só porque és do futebol!

Mas eu queria, realmente, pedir este aparte para falar sobre o gráfico da Ver.^a Sofia Cavedon. E quero dizer à Vereadora que não adianta mostrar gráficos de mortes e de contingente da Brigada, porque o seu governo, além de não ter nomeado ninguém, ou ter nomeação negativa entre os dois, Polícia Civil e Brigada Militar, tinha, na sua Secretaria de Segurança, um bandido! O secretário do Secretário de Segurança era o pior dos bandidos, pois ele era da Polícia e dava informações para os bandidos. Então a Ver.^a Sofia Cavedon não tem nenhuma autoridade para fazer comparações do Governo do Tarso com qualquer outro governo, não só do Sartori, com qualquer outro governo! Quem tem um bandido ao lado do Secretário não pode dar receita a ninguém. Obrigado.

O Sr. Roberto Robaina: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Bosco, eu queria só colocar um tema para ti. Eu usei a tribuna porque eu acho que o Vereador fez uma consideração, um ataque sem fundamento: atacou o Che Guevara, misturando-o com Stalin e Hitler.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sem fundamento ou sem fundamentalismo?

O Sr. Roberto Robaina: Sem fundamento nenhum! Só ignorância ou má-fé que explica esse tipo de argumentação. E também por um problema, a população debate esse tema do armamento: é preciso arma? Não é preciso? Nós vamos aumentar... nós temos um dado no Brasil: são mais de 50 mil pessoas que morrem todos os anos por violência. Nós temos mais mortes por violência do que um país em guerra. O armamento, como eles propõem, que tenha comércio livre, inclusive entre particulares, vai agravar esse problema ou não? É um debate, é lícito. Mas eu quis fazer a crítica por uma razão muito simples, esse grupo de Vereadores, acho que inconscientemente está-se articulando num nível de posição política que é de sustentação ao Governo Temer, que é um governo que está cumprindo um papel nefasto no Brasil hoje, Ver. Bosco, porque é um Governo que está envolvido com o desmonte da Lava Jato, que é uma operação importante no Brasil. E esse Governo está tentando desmontar a Lava Jato. Não é à toa que o lugar em que esses Vereadores se reuniram foi na manifestação de domingo do MDL, que foi uma manifestação, infelizmente, de sustentação do Governo Temer, e, nesse caso, na minha opinião, também do Governo Sartori, que é um governo muito ruim em relação à segurança pública. Então era preciso fazer diferenciação. Obrigado.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Bosco, já que V. Exa. me citou várias vezes, e a sua linha é que todos erramos, todos acertamos; eu apenas quero fazer aqui o contraponto ajudando neste debate. O Ver. Cecchim acusa aqui que havia um bandido no Governo, eu acho que ele já fez isso muitas vezes aqui, deve fazê-lo formalmente.

E a segunda questão é que é comparável, sim, acho que a gente erra, nenhum Governo é perfeito, mas os dados da segurança pública mostram, o gráfico mostra que nós tínhamos, no último ano do Governo Tarso, lamentavelmente, em torno de 500 mortes.

Nós estamos em 800. Ou levamos a sério o que tem feito com que mais gente seja morta em Porto Alegre, e não usemos isso como mera disputa política, ou a nossa Casa não tem razão de existir. Essa é a minha reflexão.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Perfeito, todos os governadores, todos os gestores públicos gostariam de poder completar esse quadro. É óbvio que faltam 6 mil brigadianos, mais não sei quantos policiais civis. Agora, se não há dinheiro... foi o que a senhora falou, Vereadora, que o Governador Tarso deixou lá um concurso pronto e mais 600 delegados aprovados, só não deixou o dinheiro para que fosse contratado esse pessoal. Então, as dificuldades são essas, que essa é minha linha de raciocínio e de defesa.

O Sr. Felipe Camozzato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Bosco, pelo aparte. Cumprimento pelas excelentes colocações e pela ótima lembrança de que, de fato, o governo PT deixou o Estado quebrado para não pagar os policiais militares, que a gora estão fazendo falta, como a Ver.^a Sofia bem apontou. Eu só queria fazer três considerações rápidas. Primeiro, os ditadores são todos de esquerda, então convido a consultar os livros de história, Ver. Roberto Robaina, que estão todos lá, dentro do mesmo grupo. Segundo, o PSOL ficou incomodado, e entendo o seu pronunciamento, porque fazia campanha até ontem para o ditador Nicolás Maduro, como constava nos eslaides. Terceiro, eu não votei no Temer. Então, sinto muito.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Vou passar, então, à fala sobre a Secretaria Municipal de Esportes e dizer que acolho todos os apartes que foram dados aqui, que enriqueceram o nosso debate, mas gosto mesmo, Ver. Robaina, e respeitando V. Exa. e todos os outros, é de discutir as coisas de Porto Alegre. Todos nós estamos acompanhando, a água está chegando, e muitos aí que estavam escondidos, tomara que chegue, tomara que isso avance, o senhor tem razão, mas temos muito espaço aqui para poder discutir as nossas coisas. Por exemplo, essa questão da Secretaria Municipal de Esportes. Nós temos recebido aqui pessoas que estão com medo, assustadas, aterrorizadas. As pessoas me procuram, procuram o Ver. Tarciso, procuram o Ver. Mauro Pinheiro, dizendo: “Olha, estão nos dizendo que vão vender o ginásio Tesourinha; olha, estão dizendo o seguinte, que temos que ir lá na Câmara porque vai terminar com tudo no Parque Ararigóia”. E aí,

eu, pelo menos, tenho tentado explicar que não tem nenhum projeto ainda aqui do Governo para fechar a Secretaria de Esportes.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. João Bosco Vaz prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Obrigado. Então, o que eu quero dizer aqui, e está ali o ex-Secretário de Esportes, é que, na realidade, esse projeto tentando fechar a SME vai vir para cá e, provavelmente, nós vamos ter a maioria para não deixar fechar! Agora, não pode espalhar: “Olha, o Bosco vai votar contra”. “Olha, o Tarciso vai votar contra”. “Olha, o Ver. Mauro Pinheiro vai votar contra.” Mas quem disse que nós vamos votar contra a Secretaria de Esportes? A Secretaria de Esportes é pequenininha e tem um trabalho grandioso espalhado por esta Cidade, com vários projetos, com mais de 330 mil pessoas atendidas só no ano passado, não quer dizer 330 mil pessoas individuais, são atendimentos. Quando eu assumi, eram 120 professores, hoje só tem 83, porque se aposentaram, não teve concurso, não repuseram. Então, tem aí uma tal de Secretaria da Transparência, que não tem nem Secretário ainda! Então, nós vamos sugerir ao Prefeito, porque no nosso governo – e eu fui Secretário da Copa – nós tínhamos a transparência, e o único funcionário da Secretaria da Fazenda, o Sílvio Zago, era quem cumpria tudo dentro da Prefeitura, colocando no *site* Transparência.

Mas se vai gastar com uma estrutura da Secretaria da Transparência, vamos manter, quem sabe, a Secretaria de Esportes, Juventude e Acessibilidade. Porque se fechar a Secretaria de Esportes, e é só fazer isso, porque os 83 professores concursados vão seguir recebendo, vão seguir trabalhando. E lá tem projetos importantíssimos de inclusão social, que tiram essas crianças, esses adolescentes das drogas, das más companhias, que dão oportunidade para a prática esportiva. Só no Ginásio Tesourinha, temos ali 1.200 alunos da terceira idade. Tirar aquele pessoal dali é jogá-los nos postos de saúde atrás de remédio para controlar a pressão, atrás de psiquiatra para buscar a cura para a depressão! A prática esportiva contribui com tudo isso. Óbvio que a manutenção, Ver. Janta, de todos os projetos, de todas as atividades é importante. Agora, a SME dá amplitude a esse trabalho, porque é uma Secretaria com o valor de R\$ 1 milhão ao ano

para fazer investimento de que modo? Troféus, bolas, redes, telamento, R\$ 1 milhão é uma economia que, no fim, não vai representar tudo isso, mas vai representar uma cidade forte no lazer, se juntar a juventude, a acessibilidade. Eu, por exemplo, fui Secretário de Esportes em 2005, depois de 16 anos do PT. Eu cheguei lá, mantive todos os projetos do PT – todos! – e ainda mantive FG para funcionário que tinha até um ano para incorporar. Agora, o PT não faria isso, o PT chegaria lá: “Bosco, tira tua turma, sai fora”. Eu fui lá porque o trabalho era bom e mantive. Então, o trabalho que é desenvolvido na SME é excelente, é uma continuidade da Professora Rejane, do Professor Edgar e do meu trabalho. E vou dizer mais: as pessoas que colocaram lá agora são competentes, mas precisam de apoio para desenvolver o trabalho, porque a Secretaria é pequena na sua estrutura, mas tem um trabalho grandioso espalhado por ginásios, por parques, por praças, 50 campos de futebol, 7 piscinas públicas. Então, nós precisamos olhar com carinho, Ver. Janta; muito obrigado pelo senhor, em nome do Prefeito Municipal, e ao Ver. Moisés, que me solicitaram que fizesse uma radiografia do que representa a SME e que os senhores nos ajudarão a tentar mantê-la dentro dessa proporção de esporte, juventude, acessibilidade. E essa secretaria de transparência pode ser o departamento ou uma ou duas pessoas cuidam disso, nos outros governos foi o que aconteceu. Obrigado aos amigos que colaboraram com seus apertes aqui.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Cláudio Janta, Vereadores, Vereadoras, público da TVCâmara, público das galerias, Ver. João Bosco Vaz, até pedi a liderança para tentar dar continuidade à sua fala. Quero parabenizar o Ver. Cláudio Janta por pedir ao Ver. João Bosco Vaz fazer esse histórico da Secretaria, porque, nesses últimos doze anos, Tarciso, o Bosco, junto com o Edgar, comandou a Secretaria de esportes e muito bem organizou, principalmente o esporte amador. O pessoal fala que é uma várzea. Várzea pode ser o Campeonato Gaúcho, porque o Campeonato de Porto Alegre é muito bem

organizado pelo Bosco, pelo Edgar e pela equipe. Então Porto Alegre tem um trabalho excelente no futebol, do qual eu participo, brinco, junto com o pessoal, aos domingos, aos finais de semana, pois há uma grande organização. E tenho certeza, Bosco, de que nós precisamos dar continuidade ao trabalho que é feito pela SME. Não é só no Esporte que é feito, no projeto Recreação, no Brincalhão. E quando nós votamos, aqui, Ver. Cláudio Janta, lá no dia 02 de janeiro, nós não votamos a extinção da continuidade do trabalho da SME; nós votamos no que o Marchezan – que não foi o candidato em que votei – disse que iria fazer: diminuir as Secretarias. E assim o fez, mandando um projeto para esta Casa, diminuindo o número de Secretários e não diminuindo o trabalho das Secretarias. Essa foi a promessa de campanha dele; e eu, como Vereador, ajudei aqui votando para que ele pudesse cumprir com aquilo que prometeu durante a campanha. A cidade de Porto Alegre escolheu o Prefeito que tinha esse discurso. Então seria errado votarmos contra, Cecchim, àquilo que o Prefeito pregou. A população achou que era o melhor, votou, escolheu, e eu, como Vereador, não vou ser contra, que é para ele ter a oportunidade de administrar como ele prometeu na sua campanha. E foi isso o que nós fizemos aqui. Ninguém votou contra o esporte ou contra as políticas públicas, ao contrário, nós votamos naquilo que foi prometido na campanha do que venceu as eleições e, agora, aqui, vamos cobrar que as políticas públicas sejam desenvolvidas dentro do Município, Ver. Reginaldo Pujol, conforme foi prometido na campanha. Portanto, nós não somos contra o esporte, contra a recreação, não somos contra a SEDA, não somos contra as políticas das mulheres, e a nenhuma política pública, e tenho certeza de que o Ver. Cláudio Janta, junto com o Prefeito, vai trazer o projeto para esta Casa, onde nós faremos o debate, por 120 dias, da estruturação do Governo. E nós queremos ver como serão essas políticas públicas, porque a cidade de Porto Alegre se consagrou nos últimos anos, e nós queremos que assim continue. Agora, fazer terrorismo, Ver. João Bosco Vaz, como está sendo feito, dizendo que eu sou contra o esporte, sou contra a Secretaria, que as políticas públicas vão cessar no Município, que aquelas pessoas que fazem a sua ginástica na praça não vão ter mais, isso é terrorismo. E este tipo de política não dá. Está comprovado que as pessoas não querem este tipo de política. “Eu sou a favor, eu sou contra, eu sou o bom e eu sou o ruim; quem votar diferente do que eu voto é bandido”.

Não, nós temos que fazer a discussão de projetos. Parece até que já existe um projeto de lei na Casa. As pessoas vão lá pedir no gabinete para que eu vote. “Qual é o projeto que

tu queres que eu vote a favor?” Não existe ainda o projeto. Para a estruturação são 120 dias. Nós já estamos próximos de 90 dias, o Governo ainda tem 30 dias para mandar os projetos para a Casa e, quando chegarem aqui, nós vamos estudar. Se for o caso, vamos fazer uma audiência pública para debater. É possível. Nós queremos, sim, discutir cada modificação que for feita na estrutura. Eu estava conversando com o Ver. Tarciso, com os Vereadores João Bosco Vaz, Matheus Ayres, com o próprio Moisés, que é do Governo, e com o Paulinho Motorista, que também pratica esporte, e nós queremos, sim, fazer a discussão e buscar a boa política pública para o Município, independentemente de Secretaria ou não. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhores e senhoras que nos assistem, boa tarde. Eu tenho muito envolvimento com esporte. O esporte na minha vida foi tudo, assim como a educação. Está aqui o Edgar, o Ingo, o Bosco, que, na época, era o Secretário de Esportes. Eu fiquei um pouquinho mais de seis anos na Secretaria de Esportes, fazendo um trabalho nas periferias. Era um trabalho que não era visto nos jornais, mas era visto dentro daquela comunidade. Ali no Chapéu do Sol com a Ponta Grossa, eu trabalhei por dia, no turno da manhã e no turno da tarde, eu trabalhei quase 600 crianças. Na Tristeza, lá em cima, no SESC. Então, eu busco e luto muito pelo esporte; e vou lutar sempre, porque o esporte é a minha bandeira! Não posso aqui falar do Governo porque não chegou aqui nenhum projeto falando que vai extinguir esporte, lazer ou cultura. Nada disso.

Tenho recebido muitas pessoas no meu gabinete, todo mundo atordoado, preocupado. O Ver. Mauro Pinheiro disse aqui e eu concordo que temos que dar esses 120 dias para o Governo mostrar realmente como vai ser. Eu tenho certeza de que o Governo Marchezan – conheci muito o pai dele, que era esportista – terá um carinho pelo esporte, cultura e

lazer, porque ele sabe que uma cidade, um estado, um país vive da educação, do esporte, do lazer e da cultura. Essa é a verdade.

Venho aqui, hoje, muito, muito, muito tranquilo, porque nós já estivemos conversando – Mauro Pinheiro, João Bosco Vaz –, o Ver. Cassiá Carpes também tem ligação com o esporte, não é porque só porque eu joguei futebol que eu sou do esporte. Não. Todo mundo tem o esporte dentro do seu coração, essa é a verdade. Que possamos fazer uma coisa bonita aqui na Câmara para que o esporte continue dando esse sonho, esse caminho limpo para aquelas crianças, para aqueles jovens que precisam muito disso. Porque se nós começarmos a destruir o esporte, a cultura, o lazer, estaremos fazendo da nossa cidade uma guerra. Aí não adianta depois ficarmos preocupados com a violência. Sempre é tempo para começar. O homem erra, e, se ele reconhece o seu erro, ele pode construir coisas boas. Este é o momento de começarmos a construir coisas boas junto com o Governo e fazer uma Porto Alegre bonita, uma Porto Alegre tranquila e uma Porto Alegre com menos violência. Então eu venho aqui, com bastante tranquilidade, dizer ao Edgar, que estava aqui há pouco, e no, ano passado, ele era o Secretário, eu conversei muito com Edgar no ano passado e buscamos algumas coisas no Morro da Cruz, no Morro da Conceição, locais que precisam muito do esporte, e aquelas pessoas contam com o esporte. Essa é a maneira de a gente trazer essas crianças para um caminho... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Já vou encerrar, Sr. Presidente, esse é o momento de trazer essas crianças, os jovens, adolescentes e nós também, os adultos, a terceira idade para as praças, academias. Vamos fazer desta cidade uma cidade maravilhosa, uma cidade alegre. Quem faz esporte está sempre contente e está sempre pensado no caminho do bem, naquele caminho bonito, maravilhoso. Obrigado. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde a todos, boa tarde a quem nos assiste pela TVCâmara. Bom, hoje eu achei que não fosse fazer uso da palavra. Porém, é muito importante ter essa oportunidade, já que neste final de semana, Ver. Bosco, o meu time

de futebol do coração, o Agrosantos, se sagrou campeão dos veteranos. Exato! Cem por cento Agrosantos! Gostaria de parabenizar o meu time. Eu até poderia estar jogando com os veteranos, já que me tiraram da bancada do esporte aqui, lá eles me convidam.

Bom, rapidamente, sobre o tema. Realmente, a liderança do Governo aqui na Câmara solicitou ao Ver. Bosco para fazer esse relatório, para que a gente possa levá-lo, o mais rápido possível, para discutir com o Prefeito. Eu vou usar aqui uma reportagem do dia de hoje que saiu no Jornal do Comércio (Mostra reportagem.), falando do Hospital Veterinário. Inclusive, o nosso colega do PR, o Maroni me perguntou, e rapidamente, usando esse exemplo, Bosco, sobre a solução que a Prefeitura vem buscando, apesar da grave crise econômica que Porto Alegre, o Estado e o País passam, para que o serviço público não pare. Inclusive, em comparação ao que existia na Cidade, sem esse hospital, que, todos sabem, foi construído com verbas particulares de um empresário, é esse o tipo de sentimento que a gente espera para com o Esporte. Ainda estamos em discussão com o Prefeito sobre essa questão. Eu não posso deixar de ocupar a tribuna para dizer para o pessoal da Intercep, que nos procurou no Gabinete para falar sobre a Praça Darcy Azambuja, que os serviços não vão parar. Se há alguém aí, na praça, espalhando esse tipo de notícias, juntando os usuários e dizendo: “Essa administração vai acabar com isso daí”, é mentira. Não tem outra palavra, é mentira. Então, da mesma forma que vim a esta tribuna, numa discussão acalorada, dizer que os serviços, nas questões dos animais, não seriam terminados, iriam continuar os serviços, digo que uma coisa é o *status* de secretário, outra coisa é o serviço público. E eu não estou dizendo, como os que me antecederam, que isso é fato consumado, que não veio até esta Casa projeto para se votar. Então, quero deixar claro que, da mesma forma como foi feito para a SEDA, que diziam que essa administração iria terminar com os serviços públicos, é mentira. No Esporte, o nosso desejo... E eu quero saudar aqui o Ver. Bosco, o Ver. Tarciso e o Ver. Cassiá, que têm nos auxiliado muito na questão do esporte. Pode ficar sim, Bosco, um pouco contente, satisfeito com a tua visão propositiva de reconhecimento da equipe que está lá, que é uma equipe que realmente está muito imbuída em fazer o possível e o impossível pelo Esporte. E finalizo dizendo que, se tem alguém aí fazendo terrorismo, fazendo vocês de massa de manobra político eleitoreira, não permitam. Os serviços continuarão. Era o que constava, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Trogildo). (17h23min) Havendo quorum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 052/14.

Em votação Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 052/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, ao PLL nº 211/11.

Em votação o Requerimento de Ver. Moisés Maluco do Bem solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 211/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 071/14.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 071/14 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Felipe Camozzato (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que, imediatamente, passemos à votação do Requerimento nº 077/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos Vereadores Prof. Alex Fraga, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni e Roberto Robaina.

O Sr. Aírto Ferronato (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que, logo após a votação do Requerimento nº 077/17, passemos à votação do Requerimento nº 042/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aírto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. José Freitas (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que, logo após a votação do Requerimento nº 077/17 e do Requerimento nº 042/17, passemos à votação do Requerimento nº 045/17. Após retornaremos à ordem normal.

O Sr. Idenir Cecchim: Presidente, antes da votação, por favor, eu quero dizer que tem um projeto meu que é o nº 13 da priorização. Eu gostaria de perguntar o que eu faço com ele, o que eu faço com essa priorização que nós já tínhamos?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Idenir Cecchim, eu vou esclarecer: a priorização é feita no colégio de Líderes; logicamente, os requerimentos de plenário tem precedência. Então deve haver um consenso, uma votação contrária ou um encaminhamento contrário. Eu estava ainda encaminhando, Ver.^a Mônica, e vou assim fazer, a votação do requerimento de autoria do Ver. José Freitas. É um requerimento de alteração; cabe defesa, contrariedade. O requerimento também pode ser encaminhado. Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

A Sra. Mônica Leal (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que logo após a votação do Requerimento nº 077/17, do Requerimento nº 042/17 e do Requerimento nº 045/17, passemos à votação do Requerimento nº 041/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que seja mantida a ordem da priorização de votação conforme aprovada na reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ver. Cláudio Janta, infelizmente, esse requerimento é antirregimental, intempestivo, porque nós já apreciamos a matéria, que foi a alteração, então nós não podemos retornar à condição anterior, que seria o requerimento sobre a mesma matéria. Então esse seu requerimento, infelizmente, não cabe nesta Sessão.

Em votação o Requerimento nº 077/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 077/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhores, senhoras, Sr. Presidente, eu gostaria que os nobres Pares dissessem se conhecem as alterações propostas pelo Dep. Federal Rogério Peninha Mendonça ao Estatuto do Desarmamento, porque o Ver. Camozzato e demais Vereadores estão pedindo que sejamos solidários ao projeto de lei do Dep. Federal Rogério Peninha. Eu fiz uma das menções para alteração desse projeto: reduzir a idade para o porte legal de arma de 25 para 21 anos. Essa é uma das propostas, reconheço o meu desconhecimento em não saber todas. Se há uma moção de solidariedade, que ele pudesse vir aqui apresentar as outras alterações. Provavelmente, é um conjunto de alterações, não é à toa que não anda, e é complexa e não existe solução simples para a segurança pública neste País.

A Ver.^a Fernanda está com um problema sério de infecção pulmonar e não pode falar, então quero aproveitar e falar que há 18 Vereadores que assinaram o requerimento para o Prefeito Marchezan receber a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público para tratar do tema da Educação. Ora, o que isso tem a ver com o Estatuto do Desarmamento? Tem a ver com um dos argumentos que o Secretário Adriano usa para alterar de forma arbitrária, autoritária, a rotina escolar, é que nunca ninguém viu que às 10 horas da manhã as crianças são mandadas para casa, para a vulnerabilidade do espaço da

comunidade, para a violência, para o não cuidado. Eu fui uma que sempre viu, sempre vimos e estamos lutando, há alguns anos, porque vimos perdendo, mês a mês, guardas municipais que atuem na escola, guarda fixo, que conheça o cotidiano da escola, que conheça a comunidade, os pais, os alunos, que estabeleça regras para a convivência, que perceba rapidamente, Ver. Tarciso, os estranhos, os que são bandidos, que estão na comunidade, que venham ali, que vão pressionar, que vão ameaçar, e que, portanto, estabeleça uma autoridade. Isso funciona! Esta é uma das questões que funciona, como segurança do serviço público e educação, para as crianças, lá na escola: a presença do guarda municipal. Está comprovadíssimo, ele participando, por exemplo, na organização da escola, ele tem muitas dicas sobre onde é melhor iluminar, como é melhor organizar a rotina da escola. Nós construímos isso e fomos perdendo.

Então, eu voto numa Moção de Solidariedade para que cada escola tenha o seu guarda municipal, para que ele possa estar ali, incluído no projeto pedagógico, que ele possa dar opinião, construir medidas de segurança. Eu voto numa Moção de Solidariedade para que a tecnologia na escola funcione, porque nós apoiamos as câmeras de vídeo nos corredores e na frente da escola, nos espaços de fora da escola. Mas têm que funcionar! Têm que estar ligadas as câmeras! Não funcionam! Estão defasadas, estão degradadas, as câmeras. Não funcionam! E mais, defendemos e votamos a favor da solidariedade para que essas câmeras de vídeo da escola estejam ligadas aqui no Ceic, e que a Brigada e a Guarda Municipal tenham acesso, a qualquer momento, às câmeras em cada escola, Ver. Paulinho. Isso são medidas de segurança!

Agora, reduzir o porte de armas para 21 anos e não mais 25, e tantas outras questões que jogam na responsabilidade individual de se defender... (Som cortado, conforme determinação da presidência dos trabalhos.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 077/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que o ensino ciclado em Porto Alegre provocou danos; danos muito graves. Um deles é de a pessoa ter dificuldade de fazer operações básicas de Matemática. Mas colocar um

guarda em cada escola!? E pagar de onde? Eu também queria um guarda na esquina da minha casa. Mas tem que ter dinheiro para pagar! Claro que eu quero câmara em tudo que é lugar. Quero uma viatura para poder deslocar.

Eu tenho dito o seguinte: o melhor dos mundos seria que a gente não precisasse falar em armamento ou desarmamento, que o Estado nos garantisse aquilo que é básico no Estado Democrático de Direito, que é esse contrato que os cidadãos fizeram quando abdicaram o autoexercício das próprias razões e entregaram ao Estado o monopólio da violência do castigo. Isso é o Direito Penal. Que bom que o Estado nos desse, mas se o Estado não nos dá, nos tira o direito de nós podermos nos defender, que é algo que está consagrado em qualquer legislação ocidental? Mas é óbvio que quem, à revelia da vontade soberana do povo que se diz democrata, mas não é, porque são nessas coisas que vemos quem é democrata e quem não é. Houve um referendo neste País, gente – nós somos um Parlamento, ou a gente está aqui sério, ou não está aqui sério –, Ver.^a Sofia, mas aí tem as “marias defensoras de bandido”, aí tem os juízes que fazem garantismo penal, aí o cara entra num dia na cadeia e sai no outro dia, matou uma mulher num dia, matou uma mãe de família num dia, no outro dia está na rua. Só é parado porque encontra alguém com uma arma lá pelas tantas, porque senão vai continuar matando cidadãos inocentes. Aí tu estás dentro de casa, e o cara mete o pé na tua porta, entra dentro da tua casa, estupra a tua família, mata os teus filhos, e tu és o bandido. Eles desrespeitam a lei, eles passam por cima do referendo, eles andam para a população brasileira, eles estimulam a política da impunidade, eles construíram o arcabouço legal da impunidade, e quando o cidadão quer simplesmente poder se defender, o cidadão que é o bandido. Não! Bandido é bandido, e bandido é quem defende bandido! Está muito claro isso daí, a sociedade está acordando. O que estamos fazendo é uma Moção de Solidariedade para que, se eu quiser, eu possa ter o direito que a população brasileira respondeu quando foi lá consultada no referendo. Se eu não quiser, não preciso. Mas, se eu quiser, eu tenho o direito. Se o Estado não me dá segurança, que não me tire o meu direito sagrado de poder ter segurança, de poder exercer a minha defesa, da minha família, ou até de outrem, de outro cidadão, quem estiver próximo e que eventualmente estiver sofrendo grave ameaça à sua vida e não tiver como se defender. O que temos a certeza hoje é que a bandidagem está solta, está impune, e tem gente que defende que tem que pagar auxílio-reclusão, tem que ter visita íntima, tem que ter todas as coisas que

o cidadão não tem mais. Essa é a verdadeira bancada da bala! Essa aqui, que nos acusa de ser a bancada da bala, é a verdadeira bancada da bala com o sangue das famílias e dos cidadãos de bem nas mãos. Sonegar isso a uma família, a um pai de família, a uma mulher que está na iminência de ser estuprada, uma violência inominável, e que possa, eventualmente, se defender, mas não pode se defender, porque a bancada da bala não quer... A bancada da bala dos bandidos! Mas não é bala 380, é bala de AR-15, é bala de metralhadora, é bala 9 milímetros Parabellum, porque o bandido não está preocupado com calibre regulado não! Se puder, tem uma metralhadora ponto 50 lá, mas tem quem defenda bandido! Está aqui o pessoal para defender bandido, defender os direitos humanos ao contrário; não são mais os direitos humanos de quem paga imposto e está preso dentro da sua casa... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então, nós estamos encaminhando, não é um tema fácil, volto a dizer, mas simplesmente eu acho que o Deputado Peninha está indo ao encontro daquilo que a população... Eu acho complicado pensar o seguinte: os caras estão desligados do mundo. Oitenta e sete por cento dos gaúchos disseram que queriam preservar o direito de poder ter a sua arma. Nós não estamos dizendo que o cara deva sair matando; não, ao contrário! Nós estamos dizendo que, se alguém fizer alguma coisa, como lá nos Estados Unidos, que pague. Eu até defendo uma legislação penal muito mais forte: castração química, cadeira elétrica até, se for o caso, para gente que não pode viver em sociedade. Não pode, tem monstros aí! Agora, o que o PT, seus congêneres e apêndices estão fazendo é criminalizar o cidadão de bem, esse é o verdadeiro crime, e por isso nós estamos nos mobilizando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 077/17, pela oposição.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Valter Nagelstein, tua lógica te leva a uma situação perigosa, porque não é o problema de discutir, no Brasil, simplesmente se a população vai se armar, o direito, a autodefesa, o problema é muito mais grave no Brasil. E tentar reduzir a nossa situação e buscar uma solução, fazendo com que a população tenha o

direito de se armar para se defender, é não perceber a gravidade do quadro. Eu disse que é uma lógica perigosa essa sua, Ver. Valter – quem defende bandido é bandido –, porque estamos com o Governo Federal – aliás, do seu Partido –, que hoje é um governo comandado, como já afirmei antes, por uma lógica de banditismo completo. Essa é a realidade do Brasil! Ou o Romero Jucá é o quê? Ou o Eliseu Padilha, que está dirigindo o PMDB, sendo acusado aqui por grilagem de terras? Está bem, tem o direito à defesa, mas essa é a acusação a um dos máximos chefes do PMDB gaúcho. Esse é o quadro! Ou o Renan Calheiros? E aqueles que vêm discutir e tentar nos atribuir alguma responsabilidade pelo que o PT nos fez, a nós não nos cabe essa responsabilidade. Eu fui da direção nacional do PT durante sete anos e saí do PT em 2003, e acho que um dos grandes crimes políticos que a cúpula do PT fez foi a aliança com o PMDB. A aliança do PT com o PMDB começou há muito tempo, quando o PT escolheu e defendeu o Sarney, do PMDB, como Presidente do Congresso Nacional. Então, a cúpula do PT cometeu, sim, uma traição. Mas já teve o *impeachment*. É preciso responder pelo que ocorre hoje, e acho que o movimento que levou ao *impeachment* da Dilma tinha como essência uma manobra, porque o Governo Dilma já não tinha mais condições políticas de aplicar os planos de ajustes que os grandes bancos exigiam que fossem aplicados no Brasil. E um desses ajustes é o que estamos vendo agora, a reforma da previdência, que é repudiada pela maioria da população e, apesar disso, o Governo Temer quer impor. Então, o debate nacional que nós temos não é o debate do armamento; querer transformar esse debate num eixo de discussão parlamentar da Câmara Municipal é desviar dos reais problemas, é tentar encontrar uma pauta que tenha algum nível de apoio social. É evidente que muita gente que, diante do colapso da segurança pública, acha que numa situação como essa é melhor o direito ao armamento! Eu acho que é lícito que tenha muita gente que pensa isso. É lícito! A segurança pública está colapsada. Então o sujeito que diante de uma segurança pública colapsada se coloca diante de um País que tem 50 mil pessoas que morrem todo ano e que a gente é assaltado e tem risco de vida em qualquer momento, é lógico que tem um setor que considera que é melhor ter o direito ao armamento. Mas quando eu digo que isso é uma falácia e uma demagogia, é que essa política que esses Vereadores defendem não resolve nada em termos de segurança pública, porque o Brasil está numa situação de barbárie, e achar que garantindo que o jovem de 21 anos tenha direito ao porte de arma – reduzindo de 25 para 21 anos – vai resolver ou vai amenizar o

problema da segurança pública é uma falácia! Um projeto como esse que está sendo discutido no Congresso Nacional, que permite a comercialização particular de armas sem sequer o controle do Estado – isso está no projeto – é desviar o debate do que realmente nós temos que debater. Nós temos que debater os problemas nacionais; eu acho, como o Bosco, que é muito importante debater as questões municipais, muito importante, é responsabilidade direta da Câmara. Por exemplo, eu tenho defendido aqui na Câmara, insisto nisso, a necessidade de ter investigação do DEP. Não é possível que quem é político não queira dar o exemplo, porque numa situação de corrupção generalizada, de descrédito com as instituições, quem realmente quer melhorar a segurança pública, quem realmente quer melhorar o nível de civilização precisa pelo menos combater a corrupção. E aqui nesta Câmara eu ainda não encontrei apoio para uma investigação parlamentar sobre a corrupção no DEP envolvendo o Governo passado, e, pelo visto, envolvendo gente que está também no Governo atual, porque eu não posso ter nenhum tipo de compreensão diferente quando há tanta resistência em ter uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essas são discussões concretas, e não tentativa de criar pautas com algum apelo popular para realmente desviar as verdadeiras intenções de quem assume essa pauta, que é tentar fazer um bloco político... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 077/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde, senhores, o meu encaminhamento vai ser breve para que a gente possa iniciar a votação em seguida. Na verdade, o que esta Moção pretende fazer nada mais é do que representar o que os 87% dos gaúchos votaram no referendo: contrariedade ao Estatuto do Desarmamento. E, ao contrário do que alguns críticos falam, não vai liberar para que qualquer um tenha arma, não vai existir banguê-banguê, e assim como não havia o Estatuto do Desarmamento na década de 1990, e isso não ocorria, então não vai ser agora que isso vai ocorrer. O PL nº 3.722/12 flexibiliza um pouco um regramento que já é bastante excessivo e que não permite, mesmo pessoas mais aptas do que policiais militares, que civis consigam ter arma para defender sua vida,

sua propriedade, sua família. Portanto, com essa Moção queremos apenas reconhecer os 87% dos gaúchos que votaram contrariamente ao Estatuto do Desarmamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 077/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna em nome do PSOL, mas, de certa forma, um pouco incentivado pelo calor do debate que se faz nos últimos dias, nos últimos tempos. Eu listei aqui alguns itens para estimular o debate, ajudado pela Ver.^a Fernanda Melchionna e pelo Ver. Roberto Robaina. Um deles é a questão da consulta popular que foi feita via Referendo na década de 1990. Justamente foi perguntado, à época, se a população seria a favor ou contra a proibição da comercialização. Viu, Ver. Felipe Camozzato, 87% da população foi contra a proibição da venda de armas, não foi contra o Estatuto do Desarmamento! Vamos usar os argumentos como eles são, não vamos mascarar as informações e os dados para tentar fazer jogo de palavras aqui, vamos ser diretos e específicos.

Com relação ao momento atual, senhoras e senhores, gostaria de manifestar o meu despreço pela expressão “cidadão de bem”. Cidadão de Bem era o nome do jornal da Ku Klux Klan, era o nome do jornal da KKK, por favor, não usem mais a expressão “cidadão de bem”, porque eu imagino aquelas pessoas vestidas de branco, com um chapéu cônico, perseguindo e matando pessoas queimadas vivas – por favor!

Agora, pode, no Brasil, qualquer cidadão ter a posse de arma, ela é permitida desde que com teste de aptidão e psicológico, que esse cidadão tenha 25 anos, não tenha antecedentes criminais, apresente residência fixa e emprego fixo. O indivíduo pode ter arma – pode! Agora, essa é a parte cruel da questão, o projeto de lei do Peninha propõe alterações nessa estrutura. A primeira: o indivíduo, hoje, pode ter seis armas em sua residência, ele aumenta para nove. Então, o indivíduo pode ter um arsenal. Eu acho que seis armas já é demais, porque uma pessoa só tem duas mãos. Tudo bem, não vamos entrar nesse mérito, talvez, um polvo possa manipular uma quantidade tão grande de

armamento. Dos 25 anos para ter arma, o Peninha reduz a idade mínima para 21 anos. De 50 munições compradas anualmente – e é bala para caramba –, ele aumenta para 600 munições anuais! Gente, ele permite que uma pessoa comece a sua própria guerra! Eu não estou criticando o fato da bancada da bala, eu não vim aqui para fazer isso, eu vim para discutir o projeto que está sendo proposto e está com um pedido, justamente, de uma Moção de Solidariedade. Esse projeto é uma excrescência! É um horror! É um absurdo!

Continuando, o projeto do Peninha tira a necessidade de renovação dos testes psicotécnicos que o portador de arma tem que fazer a cada três anos. Para o Deputado, basta que o indivíduo faça uma vez a solicitação e nunca mais seja submetido a psicotécnicos. Ele permite o comércio entre proprietários, não é o indivíduo que vai à loja e compra; não, se eu tiver uma arma, eu posso vender para quem eu bem entender. E aí? E o rigor com relação a quem está adquirindo? É muito complicado! Outro, o indivíduo pode solicitar o porte de arma apenas com curso básico de manuseio de arma – e isso está escrito literalmente assim: “Um curso básico de manuseio de arma” – e iniciação ao tiro. Só que tipo de curso é esse? Tu entras em um estande, dás dois ou três tirinhos e deu: “Vai galo velho, está aí, pode queimar chumbo!” Puxa vida! E outro, agora, a partir desse projeto, há apenas a necessidade de um atestado expedido por profissional habilitado comprovando o gozo das faculdades mentais do adquirente. Ou seja, qualquer profissional expedindo um atestado, só um carimbinho e uma assinatura já dão ao indivíduo a plena condição de requerer o porte. Senhoras e senhores, esse projeto do Dep. Peninha é um absurdo! Esse projeto é uma excrescência! Eu peço que nós não apoiemos essa iniciativa. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 077/17.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente, eu gosto muito desse tipo de debate, principalmente quando a gente tem que explicar para um colega o que nós, pelo menos eu, aqui, Vereadora, entendo como cidadão de bem. Ver. Prof. Alex, cidadão de bem é aquele que não rouba, não mata, não estupra, é aquele que respeita as normas, é aquele que cumpre

as leis. Cidadão do mal. Esses dias eu disse para a minha neta de sete anos o que era cidadão do bem e cidadão do mal. Agora vou lhe dizer o que é um cidadão do mal. É aquele que rouba, mata, estupra, não respeita normas, não cumpre as leis! É isso, Vereador. Apenas essa diferença marcante entre o cidadão de bem e o cidadão do mal. Para uma criança de sete anos, eu expliquei isso e ela entendeu. Então, com todo o respeito e admiração que eu tenho pela sua caminhada, os Vereadores desta Câmara, da dita bancada da bala, que querem resguardar o direito do cidadão de se defender, veem como cidadão de bem aquele que respeita e cumpre as leis.

Sobre o projeto do Dep. Peninha, talvez pela minha formação de jornalista, eu sempre me pego muito no texto, na interpretação. Eu quero deixar claro a todos os senhores e a todas as senhoras que estão nos escutando que ninguém aqui vai ou está apoiando um projeto que libere a arma para usar ao deus-dará, libere a sua compra para o uso na cintura, dando tiros... (Lê.): “O Projeto de Lei nº 3.722/2012, em tramitação no Congresso Nacional, prevê modificações no marco legislativo brasileiro sobre o tema, oferecendo alternativa ao desarmamento civil, mediante controle, rígido e integrado, da circulação de armas de fogo no país. Assim sendo, como bem ressaltado na própria justificativa do projeto de lei objeto da presente moção, ‘permite-se o acesso do cidadão brasileiro aos mecanismos eficazes para sua autodefesa, conforme vontade por ele expressamente manifestada, e, ao mesmo tempo, se possibilita ao Estado controlar com eficácia a fabricação, a comercialização e a circulação de tais artefatos, podendo identificar e punir com rapidez qualquer eventual utilização irregular que deles se faça’. (...)”

Ora, nós estamos assistindo no Brasil uma escalada de violência. Só tem um lado que prospera no País, o da bandidagem. E não pensem os senhores que a bandidagem quer adquirir revólver calibre 38, é armamento pesado, não é comprado de forma lícita, legal, não! O bandido adquire o seu armamento pesado de forma ilícita. Então, nós aqui, no clamor da sociedade porto-alegrense, que é a minha aldeia, que é do que me compete falar, estamos dando voz à necessidade de aprovar esta moção do Ver. Felipe Camozzato, pelo simples fato de que o cidadão de bem, mais uma vez, aquele que cumpre a lei, que cumpre as regras, que não mata, não estupra, não rouba, tenha o direito de se defender. É apenas isso. É tão lógico, é tão claro como dois e dois são quatro. Nós estamos aqui para defender o direito do cidadão de bem se defender, apenas isso. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 077/17.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores. Eu venho a esta tribuna cumprimentar o Ver. Camozzato pela iniciativa de trazer para a pauta do debate esta questão que envolve o Estatuto do Armamento. Em um ponto quero concordar plenamente com os que me antecederam no sentido de que da maneira como está não pode continuar. Porque, da maneira como está, o cidadão de bem está desamparado em todos os sentidos, seja pela falta de estrutura, pelo atraso no salário, pela greve, pela desproporção da qualificação do armamento do bandido em relação à polícia. E as dificuldades que são impostas pela atual legislação realmente remetem o cidadão de bem a ficar refém. E eu quero trazer aqui alguns exemplos, um exemplo recente. Sexta-feira, estou chegando de viagem, às 23h, liga um familiar meu: “Márcio, estou com o portão da casa arrombado, a porta da garagem arrombada, está tudo escuro, não sei se tem alguém dentro ou fora da casa.” Liguei para a Brigada, que me disse que só dali a duas horas para aparecer uma viatura. Com a Polícia Civil, não consegui contato. Então, ficamos realmente em uma situação de desamparo. A pessoa está ali com a casa arrombada, com as portas abertas, não sabe se entra, se fica, se corre. Se correr, o bicho pega, se ficar, o bicho come. Então, o que diz o art. 4º da lei? Que é proibido o porte de arma no Brasil. Ninguém pode ter arma, a não ser o fulano de tal, integrante das Forças Armadas, policiais, enfim, cidadão não pode ter porte de arma no Brasil. Só que o bandido sabe disso. E qual é a realidade da nossa Cidade, hoje, Sr. Presidente? Quantas cabeças já cortaram aí em Porto Alegre? Dezesseis? Em quantos ônibus já botaram fogo em Porto Alegre, Dr. Goulart? Não acontecia. E de chegar no hospital, à queima-roupa, tiro na cabeça, na maca, deitado no corredor, ali no Cristo Redentor, Dr. Goulart? Foi ou não foi? E o cidadão? Não aquele que está atrás da cortina, lá no bastidor; eu falo do cidadão de bem, concursado, que vai embora para casa às 18h, que vai ali tomar um chimarrão no parque no fim de semana. Esse está desguarnecido. Então, a gente tem que, pelo menos, dar a oportunidade do

bandido achar que o cidadão talvez tenha uma arma em casa, que aí ele vai ficar na dúvida: “Será que eu entro ou não? Talvez ele tenha uma arma”. Do jeito que está, está muito fácil para a bandidagem. Eu quero me somar.

É claro, eu li no jornal Zero Hora uma crítica bem contundente a essa questão de na Câmara ter se constituído a bancada da bala. Eu acho que não é por aí. “Não, porque agora, em qualquer acidente de trânsito que der uma discussão, o cidadão vai puxar uma arma e matar o outro”. Espera aí um pouquinho, olha a distância! Para chegar ao ponto que está sendo questionado, de acontecer o que está previsto para a realidade atual, Ver.^a Sofia, está muito distante! Muito distante. Então, não dá para dizer que nós queremos reacender a possibilidade talvez de o cidadão ter um porte de arma ou de poder ter a sua arma em casa, poder se defender, porque agora que estamos reacendendo esse debate da falta de segurança que se instalou no País, agora, em qualquer acidente de trânsito, alguém vai puxar a arma e matar o outro, aí também é 8 ou 80. Então, fica aqui a nossa reflexão, acho que é importante, sim, vamos apoiar, vamos debater. Talvez até não seja o projeto do Peninha a melhor alternativa, mas do jeito que está não dá para ficar. O cidadão tem que ter direito mínimo de, pelo menos, o bandido achar que ele vai esboçar alguma reação, que não vai ser assim tão fácil como eles estão pensando. E o crime, a violência, o banditismo, a impiedade, a maldade que se tem visto nos relatos especialmente da imprensa nos remetem a refletir se não é o caso de nós, realmente, nos flexibilizarmos e darmos a oportunidade de o cidadão poder se defender e defender a sua família também. São essas as nossas considerações. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento nº 077/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
APROVADO por 21 votos **SIM**, 7 votos **NÃO**, 1 **ABSTENÇÃO**.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, o Democratas havia se inscrito para encaminhar a matéria, mas, já pelo avançado da hora, deixou de utilizar o tempo querendo que a matéria se decidisse, mas faz declaração de voto, sustentando a posição comum da bancada (Lê.): “Por coerência, o Democratas vota favoravelmente à proposição, repetindo

o comportamento e posicionamento assumidos na legislatura anterior. Ademais, a vontade popular, expressa na decisão do plebiscito regularmente convocado e que gerou a soberana manifestação da nação brasileira deve ser respeitada”. Era isso, Sr. Presidente.

A Sra. Marília Fidel: Eu queria justificar o voto de abstenção, porque não é minha prática me abster em nenhum assunto, mas o tema é muito polêmico, e, como eu não me apropriei a todo da proposta, não me senti apta a tomar esta decisão. Então, estou só justificando o voto: em função de desconhecimento de toda a proposta, me abstive. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Vereadora, se quiser tratar a sua manifestação como Declaração de Voto precisa também encaminhar por escrito.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

(18h12min) Encerrada a Ordem do Dia.

Em votação o Requerimento desta Presidência solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que ingressemos, imediatamente, no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na discussão preliminar de hoje, temos inúmeras propostas que bem refletem a ação dos

novos, dos seminovos e dos quase novos Vereadores. Em verdade, as proposições, duas das quais inclusive partindo da Mesa Diretora, têm a finalidade clara de regular determinados comportamentos regimentais que poderiam e deveriam já anteriormente ter sido adotados, fazendo com que alguns processos que tramitam na Casa há longa data já tivessem sido resolvidos. Se nós observamos a relação dos projetos que deveriam ser votados hoje, nós iremos verificar que os cinco primeiros processos datam de 2014 ou de 2015 e que agora vêm à votação; e os pareceres inclusive, no meu modo de ver, muitos deles, podem até ser confrontados porque, colocados quando de uma realidade, dentro de um contexto, agora ensejam, alimentam o debate e a discussão em torno dos projetos que somente este ano vêm para serem votados.

De outro ponto, Sr. Presidente, nós observamos que a Casa terá de enfrentar alguns debates a respeito de temas realmente polêmicos, especialmente os que têm a assinatura do nosso ilustre Ver. Rodrigo Maroni, que anteriormente já foram objeto de debate mais aprofundado. Evidentemente que as alterações que a Mesa propõe buscam, de um lado, dar maior celeridade e, de outro, a maior competência para as comissões, fazendo com que ocorra a figura da terminalidade, que hoje já ocorre com vários projetos para serem aprovados, que também deve ocorrer para não serem aprovados nos casos em que a Comissão de Constituição e Justiça vier a reconhecer a inconstitucionalidade dos mesmos, que, em muitos casos, é manifesta e deveria ser, logo de início, encarada, dessa forma, prosseguir e mais tarde viesse a abarrotar a nossa Ordem do Dia com inúmeros projetos que acabam se arrastando e não sendo votados nem num dia nem no outro. Por isso, Sr. Presidente, quero saudar o nossos Vereadores, os seminovos e aos quase novos por estarem tão presentes ao ponto de nós estarmos hoje, aqui, comentando um projeto em segunda sessão, o do Ver. João Bosco Vaz, com o qual eu tenho a maior solidariedade, na medida em que ele simplesmente não altera o número de títulos de cidadãos honorários que pode cada um dos colegas Vereadores propor, só estabelece que durante a Legislatura pode utilizar por quatro vezes, não estabelecendo que tenha que ser, como até agora é, rigorosamente, ano após ano. Pode que neste ano não haja necessidade e que no ano que vem se precise de dois, quem sabe no último ano precisem de três, ou precisem de quatro. Era isso, Sr. Presidente, tão somente isso, cumprindo esse debate preliminar que a Pauta nos enseja.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Encerramos a discussão preliminar de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h17min.)